



BEM VIVER NO SEMIÁRIDO

OLHARES SOBRE A ASSESSORIA TÉCNICA CONTÍNUA
DE BASE AGROECOLÓGICA NO PROJETO PAULO FREIRE

BEM VIVER NO SEMIÁRIDO

OLHARES SOBRE A ASSESSORIA TÉCNICA CONTÍNUA
DE BASE AGROECOLÓGICA NO PROJETO PAULO FREIRE

S5861b Silva, Francisca Rocicleide Ferreira da
Bem viver no Semiárido: olhares sobre assessoria
técnica contínua de base agroecológica no Projeto Paulo
Freire / Francisca Rocicleide Ferreira da Silva, Maria Odalea de
Sousa Severo. -- Fortaleza: Governo do Estado do Ceará,
Projeto Paulo Freire, 2022.
148 p.; il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-998630-5-9

1. Projeto Paulo Freire. 2. Projeto de Desenvolvimento
Agrícola. 3. Políticas Públicas. 4. Semiárido. 5. Assessoria
Técnica. I. Título. II. Severo, Maria Odalea de Sousa.

CDU 304

Bibliotecária: Tatiane de Oliveira Dias – CRB1/2230

BEM VIVER NO SEMIÁRIDO

OLHARES SOBRE A ACESSORIA TÉCNICA CONTÍNUA
DE BASE AGROECOLÓGICA NO PROJETO PAULO FREIRE



**FORTALEZA
2022**



**Eleito um dos cinco melhores projetos no mundo
em 120 países de atuação do Fida (2022)**

**Segundo lugar na categoria "Rádio" no
Prêmio Semear Internacional de Jornalismo (2021)**

**Segundo lugar na categoria "Internet" no
Prêmio Semear Internacional de Jornalismo (2021)**

**Segundo lugar na categoria "TV" no
Prêmio Semear Internacional de Jornalismo (2021)**

*Este livro é dedicado à memória de
Wilson Vasconcelos Brandão Junior,*

*que esteve à frente da Secretaria Executiva, da Secretaria do
Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, apoiando e
acompanhando o Projeto Paulo Freire desde o seu nascimento.
Agradecemos pela partilha de conhecimentos, pelos ensinamentos e
pela contribuição na construção de um Semiárido mais justo e digno.*

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Governadora

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Ana Teresa Barbosa de Carvalho

Secretária do Desenvolvimento Agrário

Francisco Carlos Bezerra e Silva

Secretário Executivo do Desenvolvimento Agrário

Taumaturgo Medeiros dos Anjos Júnior

Secretário Executivo do Planejamento e Gestão Interna do Desenvolvimento Agrário

Thiago Sá Ponte

Secretário Executivo de Pesca do Desenvolvimento Agrário

PROJETO PAULO FREIRE

Maria Íris Tavares Farias

Coordenadora do Projeto Paulo Freire

Francisca Rocicleide Ferreira da Silva

Coordenadora Técnica do Projeto Paulo Freire

GESTÃO DO CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO

Francisca Rocicleide Ferreira da Silva

Francisco Rones Costa Maciel

Jornalista (MTE/CE 3990)

Bernardo Ferreira Lucas Filho

Jornalista (MTE/CE 2912)

SUPERVISÃO

Maria Odalea de Sousa Severo

Supervisora do Componente de Desenvolvimento de Capacidades

Regina Régia Rodrigues Cavalcante

Supervisora do Componente de Desenvolvimento Produtivo

Francisca Lúcia Ferreira de Sousa

Gerente de Monitoramento e Avaliação

ZABELÊ COMUNICAÇÃO

Projeto editorial: **Monica Rodrigues**

Textos: **Clarita Rickli**

Projeto gráfico e diagramação: **Gabriel Hoewell**

Capa e ilustrações: **J. Borges**

Revisão: **Bruno Barros**

Ficha catalográfica: **Tatiane Dias**

Para a elaboração dos textos contidos nesta publicação foram entrevistados atores que contribuíram na construção da experiência exitosa do Projeto Paulo Freire, aos quais agradecemos pela valorosa colaboração.

Unidade de Gerenciamento do Projeto Paulo

Freire: Carmelita Laura Alves de Moraes, Francisca Rocicleide Ferreira da Silva, Maria Odalea de Sousa Severo e Francisco Rones Costa Maciel

Fida: Claus Reiner e Hardi Vieira

Universidade Estadual do Ceará: Maria Rocineide Ferreira da Silva

Escola de Saúde Pública: Luiza Almeida Melo

Universidade Vale do Acaraú: Nicolau Bussons

Entidades executoras da assessoria técnica contínua

Cactus: Maria do Socorro Martins Farias

Cáritas Diocesana de Crateús: Daniela da Silva Cavalcante

Cealtru: José Audjam Bezerra de Souza

Cetra: Maria Dalvanir e Silva Duarte

Esplar: José Rogaciano Siqueira de Oliveira

Flor do Piqui: Marcivânia Mascarenhas Oliveira

IAC: Antônio Ricardo Bezerra Vasconcelos Filho

NOSSA INSPIRAÇÃO

AO FILÓSOFO E EDUCADOR PAULO FREIRE

Ao longo deste livro, repetidas vezes se lê o nome e os ensinamentos de Paulo Freire. O educador e filósofo brasileiro Paulo Reglus Neves Freire, que dá nome ao Projeto apresentado nesta publicação, é um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

Não por acaso, é declarado o Patrono da Educação Brasileira. Nascido no Recife, Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, Paulo Freire nos deixou em 2 de maio de 1997. Porém, seu pensamento segue vivo

e livre, inspirando pessoas e desafiando processos de aprendizado. Para Freire, o objetivo maior da educação é fomentar a consciência nas pessoas, de forma que a leitura da palavra proporcione a leitura crítica do mundo e permita a compreensão da sua realidade social e política. O objetivo da metodologia freiriana é formar cidadãos livres, questionadores e transformadores da realidade. Cabe a quem conduz o caminho do aprendizado a tarefa de mediador, que saiba escutar e promover esse processo, gerando confiança entre os indivíduos e valorizando o conhecimento que esse caminho traz para o coletivo.

NOSSA CAPA

AO ARTISTA POPULAR J. BORGES

José Francisco Borges – conhecido artisticamente como J. Borges – é cordelista, poeta e renomado xilogravador. Filho de agricultores, foi marceneiro, mascate, pintor de parede e oleiro. Em 1956, comprou seu primeiro lote de cordel para fazer um dinheiro na feira popular. Anos mais tarde, começou a produzir seu próprio cordel e, para economizar um trocado, arriscou-se na sua primeira xilogravura para ilustrar a capa do pequeno folheto, inspirada na fachada da igreja de Bezerros, município pernambucano em que nasceu, em 20 de dezembro de 1935.

Hoje, aos 87 anos, o autodidata J. Borges é inspiração para artistas populares Brasil afora. Sua obra se mistura com seus sentimentos e seu amor pelo ensino da arte entalhada em madeira. Sua obra, impressa em tinta e determinação, ocupa espaços

de destaque, como o livro *Palavras andantes*, do escritor uruguaio Eduardo Galeano. Os prêmios concedidos a ele atestam a importância de sua contribuição como artista popular, são eles: prêmio de gravura Manuel Mendive, Venezuela (1995); medalha de honra ao mérito da Fundação Joaquim Nabuco, Recife (1990); medalha de honra ao mérito cultural do Palácio do Planalto, Brasília (1999); e Prêmio Unesco (2000). Desde 2006, J. Borges recebe bolsa vitalícia concedida com a Lei do Registro do Patrimônio Vivo, ano em que é criado o Memorial J. Borges em Bezerros. Quando criança, ingressou na escola aos 12 anos e permaneceu apenas 10 meses. A dureza da vida carregou o menino por outros caminhos. Hoje, o autodidata e renomado artista J. Borges tem especial dedicação às oficinas que realiza para jovens e crianças em um espaço do Memorial dedicado ao aprendizado da xilogravura.

PREFÁCIO Ana Teresa Barbosa de Carvalho Secretária do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará	12
APRESENTAÇÃO Maria Íris Tavares Farias e Francisca Rocicleide Ferreira da Silva Coordenação do PPF	16
As bonitezas do Projeto Paulo Freire: uma proposta de assessoria técnica adequada às necessidades do Semiárido Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo	20
INTRODUÇÃO O Projeto Paulo Freire e os desafios do Semiárido cearense	34
CAPÍTULO 1 Assessoria técnica contínua: da inspiração à inovação	42
CAPÍTULO 2 Assessoria técnica contínua: o desafio da implementação	60
CAPÍTULO 3 Assessoria técnica contínua: presença nos territórios	90
CAPÍTULO 4 Presente e futuro do Semiárido a partir da diversidade de olhares sobre o Projeto Paulo Freire	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144





PREFÁCIO

por Ana Teresa Barbosa de Carvalho
Secretária do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará

O PROJETO PAULO FREIRE, coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, vem transformando a realidade de famílias pobres nos territórios de Sobral, Inhamuns e Cariri Oeste e levando oportunidades e dignidade para mulheres, homens e jovens do campo. Parceria feita com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), o projeto foi eleito pelo Fundo, entre todos os projetos apoiados por ele, em 2021, um dos cinco melhores no mundo. O PPF é um orgulho para a nossa gestão e para o povo cearense.

O ponto de partida foi uma ação focalizada que identificou os 31 municípios do estado com os menores índices de saúde, educação e renda, a fim de que fizessem parte do Projeto. Esses territórios receberam, então, atendimento a 600 comunidades rurais: mais de 55 mil famílias, totalizando quase 209 mil pessoas beneficiadas diretamente, priorizando jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Em seis anos, o Projeto Paulo Freire investiu em ações de desenvolvimento de capacidades e investimentos produtivos. Fez isso com o objetivo de reduzir a pobreza por meio de uma visão de desenvolvimento sustentável no Semiárido e de emancipação de sua população.

Ações educativas e formativas beneficiaram jovens, com cerca de quatro mil deles tornando-se titulares de planos de investimentos. A valorização das mulheres e dos

povos tradicionais contribuiu para a equidade de gênero, raça e etnia no meio rural.

Os 533 planos de investimentos produtivos beneficiaram diretamente quase 18 mil famílias no Semiárido cearense, melhorando a vida dos agricultores familiares e gerando renda.

O Projeto Paulo Freire desenvolveu, ainda, ações que fortaleceram a relação da mulher e do homem do campo com o território e sua convivência com o Semiárido, implantando tecnologias sociais, como cisternas, biodigestores e sistemas de reúso de águas.

Tudo se deu por meio de uma assessoria técnica contínua que esteve presente em todas as 600 comunidades atendidas pelo PPF, beneficiando mais de 23 mil famílias. Uma ação executada por meio da atuação de sete organizações da sociedade civil comprometidas com a promoção do bem viver no Semiárido.

Diante disso, podemos concluir que o Governo do Estado do Ceará cumpriu sua missão com o Projeto Paulo Freire. Nós conseguimos aumentar a renda e os ativos das famílias atendidas, ampliamos o capital humano e social nas comunidades, garantimos segurança alimentar e nutricional, reduzimos a pobreza rural e a desigualdade de gênero e ampliamos o empoderamento feminino. Promovemos, ainda, adaptação às mudanças climáticas e gestão dos recursos ambientais e naturais sem deixar de garantir a produtividade pecuária. As equipes

atuaram firmemente em possibilitar maior acesso aos mercados e ampliar o acesso das famílias e comunidades à água – em um período castigado pela seca no estado –, desenvolvendo, desse modo, a agricultura do estado com inovação, ciência e tecnologia. O PPF também atuou com resiliência frente à pandemia de covid-19, investindo em caminhos digitais para dar continuidade às suas atividades.

A publicação *Bem viver no Semiárido: olhares sobre a assessoria técnica contínua de base agroecológica no Projeto Paulo Freire* cumpre papel fundamental ao sistematizar o conhecimento produzido por tantos atores e parceiros do projeto na implementação da assessoria técnica contínua e ao nos dar subsídios para que continuemos no caminho do “esperançar”: trabalhando junto com a mulher e o homem do campo e gerando oportunidades, trocas de saberes e desenvolvimento social, produtivo e sustentável pelos sertões do Ceará.



APRESENTAÇÃO

por **Maria Íris Tavares Farias e
Francisca Rocicleide Ferreira da Silva**
Coordenação do PPF

É COM IMENSA ALEGRIA que apresentamos ao público o livro *Bem viver no Semiárido: olhares sobre a assessoria técnica contínua de base agroecológica no Projeto Paulo Freire*, que integra uma série de conhecimentos colhidos durante a execução do PPF, entre 2013 e 2022, e marca o momento de encerramento desse ciclo do Projeto.

Esta publicação vem trazer a perspectiva dos sujeitos que escreveram novas páginas no campo de conhecimento da agricultura familiar no Semiárido. Sujeitos que beberam de saberes consolidados e ousaram ir além ao abrir caminhos e criar um modo singular de desenvolvimento da assessoria técnica com as comunidades e famílias agricultoras atendidas nos três territórios de atuação do Projeto Paulo Freire.

O PPF, hoje, apresenta resultados quantitativos e qualitativos bem-sucedidos e deixa raízes nos públicos atendidos nos respectivos municípios e territórios. O desenho de assessoria técnica implementado partiu de alguns pilares, que, nesse processo, foram ressignificados. São eles: ser de base agroecológica, ser contínua, valorizar e respeitar os conhecimentos e culturas locais e territoriais e, mais importante, estar a serviço da participação, capacitação e emancipação das mulheres, jovens e comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores atendidos e beneficiados ao longo do processo.

Aqui, contamos um pouco dessa história. Juntamos as partes em um mosaico com os

olhares dos agentes dessa transformação, promovida, por sua vez, com a chegada do Projeto Paulo Freire e de seus propósitos na vida de quase 60 mil famílias do Semiárido cearense, que vivem na terra e do que dela é semeado e vira alimento.

Abrimos a publicação com um artigo escrito pela professora aposentada da Universidade Federal do Ceará, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo. Entusiasta da experiência de assessoria técnica implementada, a professora nos presenteia com o texto *As bonitezas do Projeto Paulo Freire: uma proposta de assessoria técnica adequada às necessidades do Semiárido*.

O trabalho de sistematização de conhecimentos sobre a assessoria técnica feito nesta publicação só foi possível devido à generosidade de vários entrevistados para sua elaboração: técnicas da Unidade de Gerenciamento do PPF, representantes do órgão financiador (Fida), técnicos das entidades não governamentais de assessoria técnica contínua e parceiros do PPF nas universidades que contribuíram com a jornada.

O fio tecido se inicia com alguns conceitos introdutórios para a compreensão da assessoria técnica contínua de base agroecológica, a perspectiva interseccional que guiou o trabalho e os desafios colocados.

No primeiro capítulo, registramos como a inspiração vinda do Projeto Dom Hélder Câmara e os ensinamentos do educador Paulo Freire iluminaram os caminhos da inova-

ção no fazer das equipes, das agricultoras e dos agricultores. Nele, são abordados os avanços, como se deu o desenvolvimento de capacidades e seus resultados.

O desafio de implementação da assessoria técnica contínua no âmbito do PPF é tratado no segundo capítulo, que conta com a visão da UGP, do Fida e de parceiros. Aspectos metodológicos, administrativos, de gestão assim como questões factuais que desafiaram o Projeto, como a seca prolongada e a pandemia de covid-19, são abordados.

Um espaço especial no livro é destinado, no terceiro capítulo, ao trabalho das entidades que executaram a assessoria técnica contínua de base agroecológica nos territórios. O registro foi feito a partir do olhar das próprias entidades, que colaboraram com informações e com a análise sobre a prática em campo e os desafios enfrentados.

Por último, no quarto capítulo, compartilhamos visões sobre o presente e o futuro do Semiárido, apresentando uma curadoria de olhares sobre o Projeto Paulo Freire, vocalizados por sujeitos agentes das transformações no Semiárido cearense.

Este livro, emoldurado pela obra do artista J. Borges e pelo conhecimento do educador Paulo Freire, é um verdadeiro presente a todos aqueles comprometidos com o fazer, o mudar e o promover do bem viver no Semiárido.

Boa leitura!



As bonitezas do Projeto Paulo Freire: uma proposta de assessoria técnica adequada às necessidades do Semiárido

por Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Professora aposentada da Universidade Federal do Ceará
e ex-coordenadora do Programa Residência Agrária

ESTAMOS AQUI PARA FINALIZAR UM CICLO DE IMPORTANTES REALIZAÇÕES

e para destacar a força do Projeto Paulo Freire, iniciado em 2013. Uma vez sendo finalizado, apresento um texto que está no preâmbulo de nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988:

“[...] instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social [...]”

Somos sabedores de que a CF de 1988 é uma importante luz a nos guiar no caminho da democracia, embora, nos tempos atuais, esteja a sofrer profundas ameaças na sua execução.

Entretanto há, no caminho de construção de nossa democracia, projetos como o Paulo Freire, que, em sua ideia e na sua prática, orienta-se em marcos necessários e voltados à inclusão social, política, econômica e cidadã junto a uma população cearense com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, em condições de pobreza extrema.

O PPF é uma conquista nos marcos da CF de 1988, pois nos aponta para o seu caráter incluyente, para a possibilidade do alcance do direito à dignidade, à liberdade, à segurança do alimento, à moradia, ao trabalho e à água em territórios do Semiárido cearense.

Estamos falando de uma experiência ousada que o Governo do Estado do Ceará se propôs a realizar, em parceria com ONGs, para descentralizar e democratizar o saber, a decisão e os recursos financeiros.

Para mim, a ousadia é exposta quando percebo a possibilidade de criação de formas de gestão possíveis entre Estado e sociedade civil organizada; quando percebo a agenda da sociedade civil em debate e voltada à garantia da participação nas decisões políticas.

Enxergo um conjunto de forças políticas que se unem para assumir responsabilidades de garantia de direitos à população mais empobrecida de nosso estado.

O Estado deve garantir políticas sociais, principalmente aquelas vinculadas à proteção social, voltadas para eliminar riscos e vulnerabilidades. Vulnerabilidades essas sem garantia das condições mínimas para a existência física, emocional e afetiva de nosso povo.

Estamos falando de um Estado que precisa ser ativo na proteção de direitos.

Estamos falando de direitos à dignidade humana, a ter comida no prato, a ter um teto para morar, a ter trabalho, renda, produção, segurança alimentar e nutricional.

Estamos falando de populações que pouco ou nenhum acesso têm às políticas públicas.

É para essas populações, em seus territórios, que chega o projeto de governo, o Paulo Freire, com suas equipes técnicas, recursos humanos e recursos financeiros para dialogar e trabalhar com as populações rurais do Ceará, as mais empobrecidas.

Estamos falando de 60 mil famílias de comunidades rurais do Ceará, situadas em 31 municípios de 6 regiões do Estado: de 13.500 mulheres chefes de família; de 4 mil jovens; de 13 comunidades quilombolas com 988 famílias; de 2 comunidades indígenas com 97 famílias; e de 12 comunidades de pescadores(as) com 485 famílias.

Estamos falando de 533 planos de investimentos produtivos, que contemplaram 17 mil famílias em projetos de apicultura, avicultura, mandiocultura, ovinocaprino-cultura, suinocultura, quintais produtivos, unidades de beneficiamento e artesanato, tecnologias sociais de acesso à água em domicílios e escolas, reúso da água, biodigestores e fogões ecoeficientes.

Vou, agora, dedicar-me a dialogar com alguns relatórios de avaliação do PPF, com destaque para os relatórios dos grupos focais.

Também me deterei a falar de grupos muito vulneráveis e ainda pouco considerados nas políticas sociais: as mulheres chefes de família e os jovens; e da importância desse Projeto em alcançar outros grupos ainda mais vulneráveis, como os quilombolas, os indígenas e os pescadores e pescadoras,

que também integram e fazem parte desse Projeto. Importante foi acompanhar os vídeos produzidos no âmbito do Projeto. Eles nos trazem o testemunho na fala das mulheres e de jovens sobre as mudanças em suas vidas.

Ao considerar as mulheres, os jovens, os quilombolas, os indígenas, os pescadores e as pescadoras, quero dizer que o PPF dá “sim à vida” dessa população.

O PPF diz sim, pois traz suas existências, suas vidas à experimentação da tomada de consciência de direitos, de cidadania, de energia criadora e de liberdade.

Início falando das 13.500 mulheres chefes de família. Sim, porque a autonomia física, econômica e politicamente participativa se coloca na centralidade do Projeto. Contar com as mulheres é estratégico para entender e tratar da pobreza nas famílias.

Assim, as mulheres chegam às capacitações e, de forma tímida, escutam para, depois, falarem de suas histórias ainda enfiadas no mundo do trabalho doméstico.

Descobrem que a fala traz a possibilidade do encontro com outras dores parecidas com as suas, do encontro com sonhos parecidos com os seus. Fazem amizades para se solidarizarem, fazem caminhos novos, vão às reuniões, às oficinas, aos encontros regionais e estaduais, entram e participam de associações, cooperativas, projetos produtivos, feiras.

Nessa caminhada, as mulheres descobrem que o seu tempo não é seu, mas de suas famílias, descobrem, também, que o diálogo precisa acontecer para que tenham tempo para estar na produção, na comercialização e nas associações. Tomam consciência da sobrecarga de trabalhos que lhes são reservados, que a divisão social/sexual do trabalho doméstico não é justa, que não há tempo para a reposição de suas energias. Sentem-se esgotadas.

Nas formações sobre relações entre os gêneros, os técnicos passaram a compreender que a sociedade é patriarcal, garantindo privilégios exclusivamente aos homens. Em qualquer condição social (classe, gênero, raça, etnia etc.) são os homens que detêm privilégios.

Essas descobertas contribuem para tornar a assessoria técnica importante e necessária, a fim de desvendar diferentes opressões vividas pelas mulheres, sejam de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual ou escolhas religiosas.

Alterando as relações e tornando-as mais solidárias, o caminho se abre para a escuta respeitosa, para aprendizados práticos, para a compreensão de que todos e todas são portadores de saberes respeitáveis.

As mulheres estão presentes no PPF para externalizar e dar materialidade ao seu caráter de igualdade entre os gêneros.

Na equipe técnica da UGP, 58% são mulheres; na assessoria técnica contínua, são 38%. Já 50,7% das famílias beneficiadas são representadas por mulheres, e 62,7% das associações que acessaram investimentos produtivos possuem mulheres na diretoria.

Esse exercício prático de distribuição de poderes pode não só representar mudanças nas instâncias de decisão no âmbito familiar, comunitário e político como também indicar a legitimação pela institucionalidade do direito das mulheres de participarem, de se fazerem representadas e reconhecidas nas suas capacidades.

Como afirmam alguns técnicos, o patriarcado é estrutural na nossa sociedade. Assim, para que ele seja enfrentado, há que se fazer muita formação sobre relações de gênero na ATC e nas comunidades, para desnaturalizar vínculos desiguais entre homens e mulheres.

A ação propositiva do PPF em realizar formações em gênero com as equipes técnicas e com as populações está a mexer nas estruturas patriarcais, mesmo que lentamente. Ao colocar as mulheres chefes de família como importantes parceiras nos planos de investimento, o Projeto denota mais um passo importante na direção da quebra das hierarquias entre produção para o masculino e reprodução para o feminino. Das 533 associações que assinaram planos de investimentos, encontramos 334 planos com mulheres na direção e condução do Projeto.

Essa meta é muito importante, pois as mudanças se dão na prática, com formação e decisão política.

Nesse caminho, vamos escutando mulheres falarem que podem enxergar o mundo com novos olhos, que podem ser portadoras de liberdade, de autonomia financeira e política.

Envolvendo as mulheres e a juventude, o PPF vai levando a sério as questões que merecem seriedade e que estão, principalmente, sob a responsabilidade das mulheres, como o cuidado com a reprodução imediata da vida, a alimentação, a moradia, a segurança alimentar e nutricional, o trabalho digno, as relações de gênero, a afirmação positiva das raças e das etnias presentes nos territórios.

Quero contribuir, ainda, pensando e trazendo o que enxergo como bonitezas (palavra de Paulo Freire) desse Projeto e sobre esperança.

Sim, porque há muita boniteza nesse projeto, e precisamos falar delas.

Primeira boniteza: afirmar o compromisso do PPF com as populações mais empobrecidas. Falo da seriedade com que as equipes trabalharam, exercitando metodologias participativas para que a voz das mulheres, de jovens, quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras pudesse aparecer, ser escutada e, principalmente, ser respeitada, valorizada e reconhecida.

E a aproximação com essas populações só foi possível, porque o Estado se dispôs a construir unidades de forças sociais e políticas com a sociedade civil organizada, escutou e valorizou o trabalho dessas entidades, descentralizou e democratizou decisões.

Segunda boniteza: realizar processos formativos continuados que problematizassem as relações de desigualdade entre homens e mulheres, entre negras e não negras, entre indígenas, pescadoras e demais sujeitos sociais do campo. Reunir, no debate formativo, técnicos e técnicas, agricultores e agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras para aprenderem juntos sobre suas realidades existenciais, sobre seus modos de produzir, de estar no mundo, sobre suas identidades, suas culturas.

Criar, assim, um grande caldo de saberes e conhecimentos a ser partilhado para transformar pessoas na sua individualidade e enquanto seres coletivos.

Sim, esses processos metodológicos foram potentes para tocar as pessoas, para fazê-las mais comprometidas com a pulsão da vida. Para ajudá-las a ter uma maior compreensão de suas potencialidades e suas capacidades. Para nunca renunciar à vida, em todas as suas expressões: animal, vegetal, mineral.

Terceira boniteza: criar mobilidades para mulheres, jovens, quilombolas, indíge-

nas, pescadores e pescadoras saírem de seus espaços restritos e poderem ampliar horizontes, conhecer e relacionar o local com o regional, com o estadual, o nacional e até o internacional. Mobilidade para garantir a troca de experiências e de aprendizados em reuniões, oficinas, encontros regionais e estaduais. Essas experiências foram importantes para alargar entendimentos sobre as realidades que se relacionam e que atingem diretamente a vida desses sujeitos sociais.

Quarta boniteza: oferecer a possibilidade de percepção mais clara das potencialidades individuais e coletivas para fazer o bom combate, para sair da bolha, do micro, para se fazer entender, para entender a grandeza de cada um, de cada uma.

Quinta boniteza: criar as condições para 144 mulheres participarem da formação e aplicação das cadernetas agroecológicas. Vivendo todo o processo desde a formação até a apresentação dos resultados de seu trabalho produtivo. As cadernetas mudaram profundamente a compreensão das mulheres sobre sua ação produtiva. Elas tomaram consciência de sua importância para a segurança e soberania alimentar, mas, principalmente, descobriram-se sujeitos ativos, e não ajudantes, no processo produtivo.

A ATC avalia que as mulheres melhoraram a produção de alimentos, que passaram a desenvolver manejos de base agroecológi-

ca, que tiveram aumento na renda familiar, que passaram a ter noção de economia com a comercialização de seus produtos e sua atuação nas feiras. O sentido de trabalho também mudou para essas mulheres, que deixa de ser ajuda.

Boas sementes foram plantadas, são regadas e já dão colheitas promissoras. Vemos mulheres assumindo cargos nas associações, fazendo da agroecologia seu modo de plantar e de viver, assumindo a comercialização de sua produção que é diversa, sustentável, saudável. Vão assumindo as condições adequadas para uma existência com dignidade.

Também não é possível deixar de falar da Esperança, do verbo Esperançar, tão caro a Paulo Freire. Para isso, precisamos falar dos desafios que o Projeto identificou e que precisa trazer para o debate político e para suas próximas edições.

A necessidade da continuidade de suas ações: 9 anos de Projeto com mulheres não são suficientes para transformar consciências oprimidas por 500 anos.

O acesso à terra é, ainda, um problema estrutural para algumas comunidades e famílias. Um técnico identificou uma comunidade inteira que trabalha nas terras de um dono só. A dificuldade de negociação para o plantio com o patrão, para o acesso à água e a investimentos para produção são relatos que inviabilizam a melhoria da qualidade de vida dessas famílias sem-terra.

O Relatório de avaliação de impactos mostrou que, em 2015, 75,76% eram proprietários de terra e, em 2020, esse dado cai para 28,79%. O próprio relatório sugere rever esses dados. Observa-se, ainda, que 63,18% das famílias que possuem como principal ocupação a agropecuária são produtores familiares. Importante segmento a ser contemplado com políticas públicas.

A educação formal é outro fator limitante encontrado no relatório. Identificou-se que 32,22% não sabiam ler e que 15,06% não tinham instrução. Alto o índice de analfabetismo.

Concluindo, falo da Boniteza que é: o fortalecimento de mercados locais e atuação em circuitos curtos de comercialização para garantir preços justos, alimentos saudáveis e aproximar as mulheres de uma economia mais solidária, não mercantilista, associe-se a redes solidárias de comercialização em que a economia esteja pautada na satisfação das necessidades básicas das famílias, em que não haja dependência de mercadorias externas, em que o vínculo entre os meios de produção e o trabalho sejam vínculos diretos, em que a agricultura possua forte atributo artesanal e as comunidades possam ter vida coletiva autônoma.

Por fim, centralmente, que sua relação com a natureza se faça respeitosa, para que todos e todas tenham o direito de existir.

Sonhar com outro mundo possível e agir para fazer o caminho da justiça social.

Viva o Projeto Paulo Freire! Viva nosso patriarca da educação, o grande educador Paulo Freire! O semeador da esperança.

Texto apresentado no Encontro de Avaliação Final do Projeto Paulo Freire, realizado em 11 de maio de 2022.

INTRODUÇÃO

O Projeto Paulo Freire e os desafios do Semiárido cearense



"GOSTO DE SER GENTE PORQUE, INACABADO, SEI QUE SOU UM SER CONDICIONADO MAS, CONSCIENTE DO INACABAMENTO, SEI QUE POSSO IR MAIS ALÉM DELE"

PAULO FREIRE

OS PRECUPANTES ÍNDICES de pobreza e de extrema pobreza rural nos municípios do Ceará¹ são um desafio a ser enfrentado. Apesar do grande potencial para o desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, a insegurança alimentar é a realidade enfrentada no Semiárido cearense. O estado é vulnerável às adversidades climáticas relacionadas à escassez de água, intensificada por longos períodos de seca, característica do Semiárido, prejudicando o desenvolvimento econômico e social. As longas estiagens provocam um conjunto de variações econômicas e sociais que desorganizam o sistema produtivo e contribuem para a degradação dos recursos naturais. As mudanças climáticas intensificam e induzem esses problemas, com períodos mais prolongados de variabilidade e de seca, agravando ainda mais o problema.

Aliado a isso, reflexos da realidade de um país injusto e desigual, estão os baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), definido a partir dos critérios de educação (alfabetização e taxa de matrícula), de longevidade (esperança de vida ao nascer) e de renda (produto interno bruto – PIB *per capita*).

Nesse contexto, o Projeto Paulo Freire teve como principal objetivo a redução da pobreza rural no Semiárido cearense por meio do desenvolvimento humano e social

1 A alta incidência de pobreza rural nos municípios do Ceará varia entre 30,3% e 56,4% para a população rural em condição de extrema pobreza (IPECE, 2012) e em situação de insegurança alimentar.

e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola. Partiu-se do princípio de que, além das desigualdades econômicas, os marcadores de gênero, raça, etnia e geração são estruturantes das injustiças sociais, motivo pelo qual foram estabelecidos como grupos prioritários de atuação as mulheres, as juventudes e os povos e as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores).

IMPORTANTE SABER

O Projeto Paulo Freire (PPF) foi o primeiro acordo de empréstimo entre o Governo do Estado do Ceará e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida). Ao todo, foram aplicados no Projeto USD 94,9 milhões, sendo USD 40

milhões do Fida, USD 40 milhões do governo estadual e contrapartida dos beneficiários de USD 14,9 milhões, cabendo à Secretaria de Desenvolvimento Agrário a tarefa de órgão executor.

Executado entre 2013 e 2021, o PPF estabeleceu como meta contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do Semiárido do estado do Ceará. Como resultado, ao final do período de execução do Projeto, a extrema pobreza foi reduzida em 35%, e houve 30% de aumento nos ativos das famílias atendidas pela assessoria técnica contínua de base agroecológica e investimentos produtivos. Alcançou-se um total de 54.999 famílias beneficiadas, o que representou 92% da meta estabelecida.

Assessoria técnica contínua, de base agroecológica

O PROJETO PAULO FREIRE foi um marco de assessoria técnica contínua no estado, articulando as experiências da rede ATER cearense, fortalecendo, assim, redes colaborativas em torno das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável no âmbito da agricultura familiar. Essa ação, de forma sistemática, agregou, ao sistema de ATER da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, novas possibilidades de ampliação do atendimento de assessoramento técnico aos agricultores e agricultoras familiares.

Um processo desenvolvido por meio das metodologias participativas, que possibilitaram, por sua vez, uma gestão horizontal e um sistema de governança compartilhada. Por meio da disseminação de inovações, desde o manejo agroecológico, tecnologias sociais de acesso à água potável e de produção com ênfase na soberania, segurança alimentar e nutricional a atividades produtivas voltadas para a convivência com o Semiárido, foram impulsionadas práticas agrícolas e não agrícolas, geração de renda e a restauração e preservação ambiental do bioma Caatinga.

Como instrumento metodológico, a dialógica – uma linguagem de construção

importante – permitiu o exercício do compartilhamento dos diversos saberes acumulados pelas lideranças e pelas famílias das comunidades, assim como conhecimentos de quilombolas, indígenas e pescadores.

O Projeto Paulo Freire foi executado a partir de uma ação integrada e articulada com sete organizações da sociedade civil, contratadas para prestar assessoria técnica contínua (ATC) nos 31 municípios, distribuídos em três territórios: Cariri, Inhamuns e Sobral. São elas: Cáritas Diocesana de Crateús, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (Cactus), Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar), Centro de Estudos e Assistência às Lutas do(a) Trabalhador(a) Rural (Cealtru), Instituto Antônio Conselheiro de Apoio, Assessoria e Pesquisa para o Desenvolvimento Humano (IAC) e Instituto Flor do Piqui.

As equipes técnicas de ATC e UGP contaram com a participação de 334 técnicos e técnicas, sendo 38,5% mulheres. Entre os principais resultados e impactos alcançados com a implementação dessa estratégia, destaca-se que, das 54.999 famílias (alcançando cerca de 209 mil pessoas), 52% tinham mulheres como chefes de família (28.567 famílias). O número contrasta com a realidade do contexto, em que elas representam apenas 19% dos proprietários dos estabelecimentos rurais no Brasil (IBGE, 2017).

Desafios da caminhada

OS DESAFIOS ENFRENTADOS ao longo do processo de implementação do Projeto Paulo Freire tiveram como marco três eventos conjunturais de grande magnitude.

A grave seca no Nordeste que se estendeu de 2011 a 2018 trouxe a necessidade de construção de uma estratégia para ampliar o acesso à água entre as famílias atendidas, proporcionando iniciativas de acesso à água e tecnologias sociais de convivência com o Semiárido.

A descontinuidade das políticas públicas voltadas para o público-alvo, fundamentais para o alcance dos objetivos do Projeto, como o Programa de Cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), demandou ajustes na execução das ações e no enfoque temático. Originalmente voltado à ampliação do acesso do público beneficiário às políticas públicas disponíveis, a partir desse período, impôs-se outro olhar, voltado para a luta por garantia de direitos conquistados.

A pandemia de covid-19, comprovada pelas autoridades sanitárias mundiais e registrada no País a partir de março de 2020, prolongando-se até a conclusão do Projeto, trouxe uma realidade de sofrimento e profundas mudanças. Ajustes foram necessários, desde as formas de trabalho, aplicação

e destinação de recursos, entre outros, que exigiram sensibilidade, confiança e flexibilidade de todos os envolvidos.

Perspectiva interseccional

PARA ARTICULAR E COMPREENDER a realidade complexa e diversa dos sujeitos envolvidos no Projeto, bem como dos seus territórios, foi adotada uma perspectiva interseccional em relação aos marcadores de gênero, geração, raça, etnia e classe.

Para tanto, tomou-se como referência a realidade do território cearense, buscando fortalecer a implementação de uma política pública enquanto direito dos povos do Semiárido e dever do Estado. Além disso, valorizar os saberes e as práticas de convivência com o Semiárido, a auto-organização política e comunitária, a assessoria técnica contínua, o fomento rural, as tecnologias sociais, a segurança alimentar e nutricional, a agroecologia, o acesso à água para o consumo humano e produção e a comercialização solidária.

CAPÍTULO I

Assessoria técnica contínua: da inspiração à inovação



“O CONHECIMENTO IMPLICA
INVENÇÃO E REINVENÇÃO”

PAULO FREIRE

O relato a seguir foi construído a partir do olhar de pessoas que atuaram na Unidade Gestora do Projeto e nas equipes de assessoria técnica contínua do Projeto Paulo Freire.

De Dom Hélder a Paulo Freire: uma experiência inspiradora

O PROJETO PAULO FREIRE (PPF) é fruto de “conhecimento inventado e reinventado”, como indica o pensamento freiriano. A inspiração veio de quem chegou antes na caminhada rumo ao objetivo comum de contribuir com a redução da pobreza rural e das desigualdades no Semiárido brasileiro. A fonte, chamada Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), trouxe referências desde seu desenho, com ensinamentos e indicadores de erros e acertos que contribuíram para a elaboração do PPF em uma rica multiplicação de experiências.

IMPORTANTE SABER

Projeto Paulo Freire

Desde a década de 1980, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) tem investido em ações de desenvolvimento rural na região Nordeste do Brasil. Implementadas em parceria com os governos federal e estaduais, objetivam aumentar a produção e a renda de agricultores familiares, facilitando o acesso a serviços essenciais, conectando-os aos mercados

e fortalecendo as organizações da agricultura familiar. Entre as ações financiadas pelo Fida no Brasil, o Projeto Paulo Freire (PPF), desenvolvido junto à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará entre 2013 e 2021, teve como objetivo a redução da pobreza rural no Semiárido cearense, desenvolvendo capital humano e social e melhorando a base produtiva das famílias beneficiadas. Receberam atenção

especial famílias e comunidades mais vulneráveis e marginalizadas, como quilombolas e indígenas, famílias chefiadas por mulheres e famílias chefiadas por jovens. A

área de atuação do Projeto equivale a cerca de 20% do território do estado, abrangendo 31 municípios de 3 regiões do Semiárido cearense.

Projeto Dom Hélder Câmara

Fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) no ano 2000, mais adiante, em sua primeira fase, que durou até 2014, o PDHC contou com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como órgão executor. A partir da Unida-

de de Gerenciamento de Projetos (UGP), com sede em Recife (PE), foram desenvolvidas ações voltadas ao aperfeiçoamento da articulação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial, do acesso da população rural a essas políticas e do desenho das políticas públicas por meio da replicação de inovações.

O PDHC foi uma importante experiência de assessoria técnica contínua, executada por entidades da sociedade civil em toda a Região Nordeste, cujos resultados alcançados inicialmente tornaram-no referência no tema. Uso de tecnologias sociais e abordagem de temas estratégicos, como comunicação popular, questão de gênero, raça e etnia, são algumas das práticas aplicadas e adaptadas pelo Projeto Paulo Freire no Ceará, estado que, até a chegada do PDHC, contava somente com a assistência técnica oficial realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce).

Tomados pelo sentido da construção coletiva ensinada por Paulo Freire, representantes do governo estadual, das organizações da sociedade civil e de movimentos sociais

propuseram a formulação de um projeto construído a partir da experiência e das especificidades locais, tendo como grande inspiração a experiência do PDHC.

Inovação

DIFERENTEMENTE DO PDHC, cuja implementação se dava em unidades demonstrativas (UDs), no Projeto Paulo Freire, os projetos de fomento foram pensados e construídos a partir de cada unidade familiar, tendo como ponto de partida a realização de um diagnóstico rural participativo que, entre outras diretrizes, identificava as potencialidades e interesses de cada família e apontava o potencial produtivo na comunidade local.

A inovação veio, também, com a inserção de práticas produtivas e das tecnologias sociais nos projetos produtivos. Embora já estivessem presentes no PDHC, a partir do Projeto Paulo Freire, a implantação de cisternas e outras tecnologias sociais ganharam sentido ainda mais forte no estado em relação às ações de convivência com o Semiárido².

² De acordo com o *Relatório de avaliação de impacto do PPF*, no intuito de analisar a adoção de inovações produtivas, considerou-se um conjunto de 28 práticas fomentadas pela assessoria técnica contínua (ATC), conduzidas no âmbito do PPF (ou dos serviços de ATER, no caso dos não beneficiários). Mais de 90% dos indivíduos do grupo de tratamento adotaram pelo menos uma das práticas citadas e, em média, esses indivíduos adotaram, aproximadamente, oito dessas práticas.

Outra diferenciação estratégica diz respeito às abordagens temáticas, como “gênero, raça e etnia” e “comunicação popular”. No PDHC, elas eram trabalhadas por entidades específicas, com *expertise* própria. O Projeto Paulo Freire ampliou o debate e trouxe a condução desses temas para o conjunto de entidades envolvidas, que internalizaram conhecimentos e desafios relacionados a essas agendas.

A articulação, o diálogo e os locais de fala com e para as juventudes rurais também avançaram, com ênfase na comunicação popular. A estratégia foi apontada como um dos grandes diferenciais do Projeto Paulo Freire, com resultados expressivos nos espaços de avaliação.

Também herdada do PDHC, a mobilização social é outro destaque no Projeto Paulo Freire. A prática levou pessoas à participação social, tornando-se, mais adiante, lideranças locais, como presidentes de sindicatos, de associações, vereadores e integrantes da equipe de gestores do próprio Projeto.

Avanços

A INCORPORAÇÃO DO CONCEITO DE “TECNOLOGIAS SOCIAIS” à Lei das Cisternas, criada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2013³, foi um dos grandes avanços no processo de implantação dessas tecnologias no Semiárido, como: cisternas de placa, biodigestores e sistemas de reúso da água;

um processo importante para a estratégia de ATC no âmbito do Projeto Paulo Freire. O reconhecimento em lei, com Instrução Normativa e formalização do desenho operacional, possibilitou uma expressiva execução em escala local de tecnologias sociais que, do ponto de vista das unidades familiares, contribuem com o processo produtivo, com questões ambientais e de segurança alimentar e nutricional.

Outro resultado importante da experiência de ATC no escopo do Projeto Paulo Freire é a construção de um processo mais integrado e mais articulado com as políticas públicas, demonstrada em escala no estado, inclusive em comparação ao que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) conseguiu executar. O resultado é ainda mais significativo se considerarmos que, de acordo com o Censo de 2017, a Região Nordeste é a mais defasada em cobertura de serviços de ATER às famílias agricultoras no Brasil⁴.

3 O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo Governo Federal desde 2003, é instituído pela Lei n. 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto n. 8.038/2013. Tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo.

4 Entre os milhões de estabelecimentos brasileiros recebendo orientação, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a Região Sul possui a maior proporção de estabelecimentos recebendo algum tipo de orientação técnica: 48,6%. O Sudeste apresentou 28,6% de estabelecimentos atendidos, e o Centro-Oeste aparece em terceiro lugar, com 23,7%. A Região Norte apresentou 10,4%, e a Região Nordeste aparece em último, com a menor proporção de orientação técnica do Brasil, 8,2%.

Diferenciação entre assistência técnica e extensão rural e assessoria técnica contínua no âmbito do Projeto Paulo Freire

NO BRASIL, A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL OFICIAL é baseada em um modelo que enxerga a agricultura como padrão único e, sobre ele, implementa metodologias convencionais, inspiradas em práticas tradicionais, com foco em cadeias produtivas como a agropecuária, a caprinocultura, entre outras.

Diferentemente, no Projeto Paulo Freire, o trabalho de assessoria técnica contínua tem foco no fortalecimento das unidades familiares a partir de modelos produtivos com base nos princípios da agroecologia, trazendo resultados expressivos para o processo de desenvolvimento local. No modelo agroecológico, não cabe a padronização em cadeias produtivas. O fortalecimento das ações territoriais e a unidade familiar são desencadeadores das ações de assessoramento que têm por base uma interligação sistêmica de ações e atores no centro das unidades familiares.

É importante destacar que o público do Projeto Paulo Freire são famílias agricultoras pobres e/ou extremamente pobres, com características produtivas muito diversas. São 23 mil famílias com diferentes realidades entre si: quilombolas, indígenas, famílias que sequer possuem terra para viver e produzir, famílias que vivem do artesanato, da produção de farinha, de quintais produtivos, entre outros.

O olhar sobre essa realidade diversa demanda uma presença maior da ATC, motivo pelo qual, nos três territórios de atuação do Projeto, 300 técnicos(as) foram contratados(as) para a realização de visitas semanais às famílias atendidas. Um direito social e econômico assegurado a todas as famílias agricultoras garantido no âmbito do Projeto. Por meio da estratégia de ATC experimentada e implementada pelo Projeto, foi possível reconhecer outros padrões produtivos dentro da própria agricultura, sempre com base na agroecologia – uma metodologia que incorpora os sujeitos em uma base tecnológica própria, livre da dependência de insumos da indústria química ou petroquímica. Exemplo disso é a utilização de práticas comuns às famílias rurais da região, como o ato de armazenar água em potes e o uso de quintais produtivos.

A ação da ATC trouxe a resignificação de vivências tradicionais a partir da valorização dessas práticas, dando escala e adequando-as às reais necessidades das famílias.

O caminho para o desenvolvimento de capacidades

O COMPONENTE PARA DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES do Projeto Paulo Freire foi concebido com o objetivo de avaliar as capacidades da população rural e das organizações comunitárias e econômicas para identificar, priorizar e solucionar seus problemas, formando lideranças e melhorando sua capacidade de participação nos processos decisórios locais. Para tanto, uma equipe técnica foi formada, composta de uma supervisora especialista de gênero, raça e etnia, uma especialista em juventudes e comunicação popular, um jornalista e uma assessora para juventudes e questões administrativas.

Mesmo sendo definido pelo escopo dos projetos financiados pelo Fida, o componente para desenvolvimento de capacidades foi realimentado pelo Projeto Paulo Freire, que observou-o com novos olhares, adequando-o com ações de acordo com as realidades locais que iam se somando ao longo da caminhada.

Inicialmente, as ações tinham foco na ampliação do acesso às políticas públicas. O episódio do impeachment, que interrompeu precocemente a gestão presidencial em 2016, acarretou mudanças significativas, com cortes de recursos e encolhimento de programas e ações voltados para a agricultura familiar. Diante desse cenário de retrocessos

e incertezas, o enfoque passou a ser “políticas públicas como direito”. Consequentemente, foi necessário incorporar o papel da ATC ao desenho do componente de desenvolvimento, reforçando ainda mais a necessidade de um especialista em gênero, raça e etnia e outro em juventudes, ausentes até então.

O caminho foi desafiador, porém os ajustes feitos ao longo do processo deram robustez e dimensão qualitativa ao componente de desenvolvimento de capacidades, ação determinante, haja vista seria a base para o componente produtivo, voltado ao financiamento dos projetos produtivos. Destaca-se a ação integrada entre os sujeitos envolvidos – equipe técnica, entidades executoras da ATC, pessoas atendidas –, comprometidos coletivamente com todo o processo.

O desenho da assessoria técnica contínua

NOS 100 ANOS DE HISTÓRIA da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, a assessoria técnica contínua construída pelo Projeto Paulo Freire, com ações permanentes voltadas para as famílias selecionadas como beneficiárias em um único e ininterrupto período, é inédita. Vem, desse ineditismo, a demanda por ajustes e inovações, caracterizando uma gestão adaptativa,

porém sem deixar de buscar inspiração em experiências anteriores exitosas.

A participação das entidades da sociedade civil no processo de assessoria técnica contínua foi uma das inspirações colhidas no Projeto Dom Hélder Câmara. Em 2016, foram construídos editais de contratação com base no que já estava definido no Projeto, porém com adequação e construção metodologicamente específicas.

Destaca-se, nesse período, a construção de ferramentas que permitiram o acompanhamento do processo organizativo, e não pura e simplesmente o repasse de recursos, reforçando a essência do Projeto Paulo Freire em todas as etapas de execução.

O nome “componente de desenvolvimento de capacidades” tem como inspiração o pensamento de Amartya Sen⁵, economista indiano, Prêmio Nobel de Economia em 1998, por sua contribuição às teorias da escolha e do bem-estar social.

Orientado por esse olhar, havia, desde o início, o cuidado para que as ações do Projeto não se limitassem à questão do empreendedorismo rural. Desenhando-se, assim, uma construção baseada em nítidas concepções, o que trouxe para a execução um forte diferencial de engajamento ao debate entre todos os sujeitos envolvidos, dentro e fora da Secretaria de Governo.

5 O autor afirma que o desenvolvimento consiste na extinção de algumas ausências de liberdade e que o processo de desenvolvimento está integrado nas considerações econômicas, sociais e políticas.

Aprimoramento: o aprendizado ao longo da caminhada

OS PRINCIPAIS RESULTADOS alcançados por meio das ações de assessoria técnica contínua pelo Projeto Paulo Freire foram:

- ampliação da cobertura, chegando a um público até então não beneficiário desse tipo de serviço;
- desenvolvimento de atividades em múltiplas áreas;
- apoio à criação e organização de associações;
- constituição de equipes de ATC multidisciplinares, com maior presença de mulheres (no mínimo 30%);
- disseminação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido;
- construção participativa de planos de investimentos;
- apoio à formação de feiras agroecológicas e de quintais produtivos;
- articulação de parcerias locais e territoriais (sindicatos, prefeituras etc.);
- fortalecimento da identidade da agricultura familiar, valorização da produção própria e dos circuitos curtos de comercialização;

- melhoria dos hábitos alimentares e nutricionais e da saúde das famílias;
- empoderamento das mulheres por meio da ampliação dos espaços de decisão e da autonomia econômica, com destaque para as cadernetas agroecológicas;
- protagonismo e organização das juventudes do campo;
- valorização da cultura, fortalecimento da identidade e reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais;
- diversificação da produção, promovendo segurança alimentar e nutricional;
- valorização das culturas locais e fortalecimento dos costumes e dos conhecimentos e saberes passados de geração em geração;
- constituição das redes de mulheres e de juventudes.

Aprendizados construídos ao longo da caminhada

O MODELO DA ATC definido pelo Projeto Paulo Freire – com presença local constante junto ao público beneficiário e equipes proporcionais ao número de famílias

atendidas, focadas, por sua vez, no fortalecimento do conhecimento tradicional e dos princípios da agroecologia – requer acompanhamento permanente desde a chegada da instituição na comunidade até a intervenção com as famílias agricultoras atendidas.

O Projeto se beneficiou do conhecimento acumulado pelas entidades contratadas para execução da ATC, com longa trajetória de trabalho, no Semiárido, com experiências agroecológicas, de inovações e de capacitação em gênero.

O processo de articulação, mobilização e participação das juventudes foi fundamental na geração de resultados substanciais na incidência de políticas públicas. Destacam-se o fortalecimento de pautas importantes para a juventude rural por meio de ações estratégicas de comunicação assim como da apropriação e do uso das mídias, da sistematização e da disseminação de boas práticas e do uso de técnicas e ferramentas.

As cadernetas agroecológicas tiveram grande importância enquanto instrumentos de monitoramento e avaliação de resultados de projetos, programas e políticas públicas, sobretudo entre as mulheres.

No que se refere ao acesso a recursos hídricos, a experiência do Projeto Paulo Freire reforçou a importância de atender à necessidade de água para consumo humano na região, seja para responder a uma demanda fundamental de exigência social, seja para

garantir a execução e a sustentabilidade das ações dos projetos produtivos para as famílias.

Os processos formativos garantiram maiores níveis de sustentabilidade, valorizando a construção do conhecimento por meio das trocas de saberes e a valorização das experiências específicas dos agricultores e agricultoras.

A integração de gênero, raça e etnia construiu uma referência de política pública na elaboração de projetos futuros.

Na dimensão da convivência com o Semiárido, o fortalecimento de práticas, como a criação de pequenos animais (ovinos e caprinos), adaptadas à região tem sido estratégico para as comunidades rurais, além da incorporação de outras técnicas sustentáveis, como as tecnologias sociais.

Os circuitos curtos de comercialização – a partir de processos de formação, da estruturação de espaços e das articulações estratégicas – foram determinantes para garantir mais trabalho e renda para a agricultura familiar.

Originalmente, os chamados “planos de negócios” atendiam, no máximo, cinco pessoas por meio de atividades pré-definidas. A mudança desse paradigma veio desde a nomenclatura. Os “projetos produtivos”, como passaram a ser chamados, trouxeram novas formas de implementação, aprimorando as ações com o agente

financiador. Foram ajustadas regras, como limite de participantes e diversificação das atividades, não mais limitadas a cadeias produtivas pré-determinadas, respeitando a diversidade da agricultura familiar de base agroecológica. Nesse contexto, o papel dos diagnósticos rurais participativos foi determinante.

O ano de 2016, momento crítico de redução das políticas públicas no País e de agravamento da seca no Ceará (uma das maiores da história no estado), impôs a inclusão da questão do acesso à água como tema a ser trabalhado no âmbito da ATC⁶ – uma mudança determinante para os resultados alcançados pelo Projeto e para a garantia das condições de vida digna para as famílias atendidas.

⁶ Em 2016, o financiamento por meio do Programa Cisternas, do Governo Federal, sofreu corte drástico, acarretando o aumento da demanda pelo atendimento de mais de oito mil famílias no Ceará, que, em um contexto de seca grave, padeceriam sem condição de acesso à água. Por esse motivo, foi proposta e desenhada, institucionalmente, a inclusão de uma estratégia de implantação de cisternas dentro do PPF.

CAPÍTULO 2

Assessoria técnica contínua: o desafio da implementação



"NÃO É NO SILÊNCIO QUE OS HOMENS
SE FAZEM, MAS NA PALAVRA, NO
TRABALHO, NA AÇÃO-REFLEXÃO"

PAULO FREIRE

O relato a seguir foi construído a partir do olhar de pessoas que atuaram na Unidade Gestora do Projeto, acompanhando as equipes de assessoria técnica contínua do Projeto Paulo Freire e representantes do organismo de financiamento internacional.

Metodologia de gestão da assessoria técnica contínua

AS EQUIPES DE ATC das entidades contratadas pelo Projeto Paulo Freire desempenharam papel fundamental de acompanhar e assessorar sistematicamente as famílias e/ou comunidades beneficiárias, sempre com base nos princípios da agroecologia e da convivência com o Semiárido. Foram responsáveis por elaborar e realizar diagnósticos participativos, processos formativos para o fortalecimento da capacidade organizativa comunitária e construção e implementação, com as famílias, de planos de investimentos produtivos, assistindo todo o processo de aquisição de bens e serviços, de prestação de contas, implementação de tecnologias de acesso à água e acompanhamento dos agroecossistemas.

IMPORTANTE SABER

Assessoria técnica contínua

A concepção do Projeto Paulo Freire teve como propósito garantir práticas pedagógicas participativas e fortalecer a perspectiva da agroecologia e da convivência com o Semiárido, a economia solidária e a inclusão da população rural mais

pobre. Para tanto, um processo de assessoria técnica contínua (ATC) ocorreu por meio da contratação de entidades executoras – ao todo sete organizações da sociedade civil cearenses com presença, experiência e conhecimentos dos

locais onde atuavam. Caracterizou-se como uma intervenção técnica, pedagógica e multidimensional, garantindo atendimento contínuo às famílias por quatro anos, com visitas quinzenais ou mensais. As equipes eram formadas por profissionais de

nível superior e técnico, nas áreas de ciências agrárias, ciências sociais e humanas. O processo de assessoria técnica deu-se nas comunidades e em todo o processo de aquisição de bens e serviços e de prestação de contas.

Unidade de Gerenciamento de Projetos

Entre as instâncias de implementação da ATC no âmbito do Projeto Paulo Freire, a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), constituída no mesmo nível hierárquico das coordenadorias programáticas da estrutura governamental da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, tinha a condição e a função de ordenadora de despesas referentes aos atos de gestão orçamentárias e

financeiras dos recursos do Projeto. Para tanto, era composta por Coordenação Geral e Coordenação Técnica, duas Supervisões, Gerência de Aquisição e Jurídica, Gerência Financeira de prestação de contas e Gerência de Monitoramento. Três escritórios regionais, com estruturas descentralizadas nos territórios, garantiram a capilaridade e presença local do Projeto Paulo Freire.

Importante destacar que o número de técnicos e técnicas por entidade executora da ATC era definido de acordo com o tamanho do contrato firmado (quanto maior o contrato, mais comunidades atendidas e, portanto, mais técnicas e técnicos contratados), respeitando o limite de, no mínimo, 30% de mulheres técnicas em cada contrato.

Ao todo, eram mais de 300 técnicos e técnicas em campo, acompanhados pela equipe da UGP, formada, por sua vez, por cerca de 20 pessoas distribuídas nos escritórios regio-

nais, dedicadas a fiscalizar, balizar e acompanhar as ações de ATC nas comunidades.

A gestão do processo para implementação da assessoria técnica contínua foi pensada a partir de dois momentos distintos.

No primeiro, o foco foi em balizar a implementação contratada por meio de treinamentos de formação, com duração de uma semana de atividades intensas em que eram trabalhados os principais conceitos do Projeto.

O momento seguinte foi dedicado à orientação sobre as fases do Projeto e como se daria a estruturação do monitoramento e do acompanhamento do trabalho das ATCs. Ainda nessa etapa, técnicos e técnicas foram capacitados para o uso da **ferramenta de monitoramento** criada especificamente para o Projeto Paulo Freire.

“O sistema online era alimentado por relatórios trimestrais realizados pelas equipes das entidades executoras da ATC. Nos *tablets*, distribuídos para cada técnico, eram inseridos dados quantitativos e qualitativos, listas de presença e coordenadas geográficas em GPS de cada visita realizada. Avaliada como grande diferencial do Projeto, a ferramenta permitiu trazer ao processo de monitoramento

elementos que seriam invisíveis aos registros quantitativos, possibilitando à equipe da UGP e a outros sujeitos envolvidos conhecer relatos de agricultoras e agricultores atendidos em campo – inicialmente, 368 comunidades incluídas na primeira etapa. Assim, o sistema permitiu o acompanhamento contínuo e facilitador, com o marco lógico do projeto como elemento desafiador.”

Francisca Rocicleide Ferreira da Silva, coordenadora técnica do PPF

Do ponto de vista qualitativo, um plano de trabalho detalhado em atividades servia de parâmetro para a posterior prestação de contas do que foi efetivamente realizado. Em cada contrato com as prestadoras de ATC, havia um percentual mínimo de execução mensal. Esse percentual era conjugado com a parte técnica e a parte financeira. O pagamento das parcelas referentes aos projetos produtivos estava condicionado ao relatório inserido no sistema, possibilitando a avaliação dos percentuais de execução considerando critérios previamente definidos no monitoramento. Uma análise dos percentuais era feita pelas duas supervisões na UGP – a supervisão do componente 1 e a supervisão do componente 2 –, que consolidavam as informações em um único relatório enviado ao setor de pagamentos.

Paralelamente a esse processo, a coordenação técnica do Projeto acompanhava problemas decorrentes de situações excepcionais, que poderiam colocar em risco a execução dos projetos produtivos. Para tanto, foram implementadas as “salas de situação”, onde se acompanhava os desdobramentos e se definia ações voltadas a solucioná-los, com *check list* para cada uma das ATCs. Isso foi feito, pois, se à primeira vista, pareciam problemas pequenos, se não fossem resolvidos, poderiam constituir obstáculos que impediriam o restante da execução.

São alguns exemplos problemas como emissão de certidões com vencimentos periódicos e registros em cartório de atas

das associações, além de problemas nos territórios, como violação de direitos das crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

As pautas das reuniões de acompanhamento passavam por todos os temas e dimensões do Projeto, incluindo as ocorrências em campo desde as situações de garantia de direitos até temas específicos, como fomento, implementação física, questões financeiras e projetos produtivos.

Importante destacar que as questões eram tratadas de forma holística, a partir de um olhar integrado às demais áreas, não apenas vinculado a uma única dimensão, mas buscando analisar os demais fatores do Projeto. Houve, também, uma flexibilidade muito grande para enxergar e enfrentar os problemas a partir da realidade de cada pessoa, no seu contexto social – uma prática internalizada, desde a capacitação das equipes, que fez diferença nos resultados alcançados.

Além do processo inicial de capacitação de técnicos e técnicas das entidades executoras de ATC, à medida que os ajustes eram feitos no Projeto ou que situações emergenciais eram registradas, as informações e orientações eram socializadas pela equipe da UGP em forma de pequenos processos de atualização e treinamento. Durante a pandemia, destaca-se o aproveitamento significativo do tempo técnico das equipes para intensificar esse tipo de atividade, mesmo que remotamente.

O diálogo, ao longo da implementação da ACT, foi constante, motivo pelo qual a fiscalização não era realizada de forma punitiva, mas com finalidade de orientação e apoio, trazendo os problemas para serem trabalhados dentro da UGP.

Entendia-se que os problemas identificados não eram somente da ATC ou da UGP, mas do Projeto como um todo. A partir daí, identificava-se sua origem e buscavam-se caminhos para solucioná-lo de forma conjunta. Logo, um modelo de gestão diferenciada, que exigiu um aprimoramento na relação entre o órgão gestor e as entidades contratadas.

Entidades executoras da ATC: da seleção à execução

ALGUNS DOS CRITÉRIOS para contratação das entidades executoras de ATC já estavam estabelecidos nos termos contratuais com o Fida, por meio do *Manual de implementação de projetos*, por exemplo: as entidades deveriam trabalhar com gênero, com métodos participativos etc. Entretanto, alguns mecanismos foram incorporados, como a obrigação de ter uma cota de 30% de mulheres no corpo técnico contratado pelas entidades executoras. Na questão do meio ambiente,

foram reforçados mecanismos voltados para a agroecologia e o princípio da convivência com o Semiárido, além da exigibilidade de apresentação de experiências prévias com os territórios nos temas exigidos.

Os mecanismos inseridos nos contratos com a ATC proporcionaram materialidade a esses critérios, buscando incidir na qualidade dos profissionais e na prestação de serviços.

A cada seis meses, uma avaliação geral era feita pela coordenação técnica do Projeto, que permitia acompanhar o processo e o trabalho das entidades contratadas. Cada ATC tinha uma coordenação técnica contratada, prevista em edital, e uma assessoria cujo papel era apoiar a coordenação técnica no desenvolvimento das atividades. A UGP fazia reuniões periódicas com a coordenação técnica e as assessorias, visando ao aperfeiçoamento contínuo do processo e o reconhecimento de todos os atores nessa melhoria.

Além dos critérios estabelecidos pelo processo seletivo de contratação das entidades, os ajustes seguiam sendo feitos ao longo de toda implementação das ATCs. As dificuldades apresentadas pelas entidades executoras eram enfrentadas em um trabalho permanente e de apoio mútuo: um processo de construção que foi se adequando a cada realidade.

O plano de investimento e o plano de trabalho foram instrumentos de execução que demandaram muita flexibilidade, pois uma diversidade enorme de atividades produzi-

vas, característica da agricultura familiar de base agroecológica, trazia, também, desafios diversos.

Mais do que nunca, os processos de avaliação e monitoramento levaram em consideração o contexto de excepcionalidade vivenciado, avaliando situações específicas sob um olhar humanizado e com a sensibilidade exigida, caso a caso. Para tanto, o diálogo permanente, leal e transparente com os técnicos e as técnicas foi fundamental. Uma relação de confiança mútua, em que todas as pessoas envolvidas caminhavam na direção de realizar o que foi planejado a partir dos diagnósticos rurais participativos e de concluir o Projeto com credibilidade.

Seleção dos municípios e identificação das famílias

OS MUNICÍPIOS ASSISTIDOS pelo Projeto Paulo Freire foram escolhidos de acordo com seguintes critérios: alta incidência de pobreza rural com presença de insegurança alimentar; potencial para desenvolvimento de práticas sustentáveis, diversificadas e com capacidade de crescimento; contexto favorável em termos de políticas públicas para a população rural; e ausência de projetos financiados pelo Fida.

A identificação das famílias foi feita a partir de critérios formalmente pré-definidos e inseridos no formulário disponibilizado nos *tablets*. As informações requeriam desde a composição da renda pessoal e familiar até a presença de equipamentos existentes na propriedade e ativos de qualquer natureza de que dispunham. A partir desse levantamento, repassado com aval da ATC, eram selecionadas as comunidades, tendo como critério principal o perfil de famílias localizadas em comunidades longínquas e de baixa renda.

O cadastro das famílias gerava relatórios de análise que permitiam identificar sua situação, pela entidade executora, com relação a renda, recorte de raça, gênero e etnia. A realização desse levantamento, logo no momento do cadastro, deu agilidade e facilitou o trabalho de construção e implementação dos projetos produtivos.

Diagnóstico rural participativo (DRP)

UMA DAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS

de implementação das ações do Projeto Paulo Freire junto às famílias beneficiárias foram os diagnósticos rurais participativos (DRP). Realizados pela ATC com as comunidades, os DRPs possibilitaram resgatar a história de vida das comunidades e, dentro de cada contexto, com-

preender questões específicas. Com esse levantamento, os técnicos e as técnicas entendiam as realidades e reuniam elementos para avaliar diferentes situações, considerando o beneficiário uma parte importante da mudança a ser construída. Essa ação foi fundamental para o enfrentamento dos diferentes desafios apresentados em cada região de atuação do Projeto.

Cadernetas agroecológicas: “agora eu sei o que eu produzo”

MONITORADAS DURANTE A PANDEMIA, as cadernetas agroecológicas foram criadas como ferramenta de empoderamento das mulheres, pois permitiam o acompanhamento dos projetos produtivos desenvolvidos por elas. Seu uso também quebrava o paradigma de que a mulher não participa do processo de produção na propriedade familiar, mudando as relações de “poder” dentro de casa. Para garantir a eficácia dessa importante ferramenta, executavam-se um plano e uma rotina semanal de encontros em que o acompanhamento era feito em conjunto com a ATC, reforçando a importância da continuidade da ação.

Os desafios da seca severa e da pandemia de covid-19

O PROJETO PAULO FREIRE foi atravessado por duas situações desafiadoras: a seca, que começou em 2011, e a pandemia de covid-19, em 2020. Esses dois fatores fizeram com que o Projeto tivesse que se reinventar.

Durante o período mais crítico da pandemia de covid-19, assim como em todos os setores, em todo mundo, foi necessário reinventar métodos e processos. No primeiro momento, a UGP agiu intuitivamente, seguindo o rastro das necessidades que iam surgindo. Entretanto, diante das demandas, foi necessário criar condições e abrir espaços para o uso mais intensivo das ferramentas tecnológicas no campo. As dificuldades de acesso ao computador, à internet e a salas de reuniões virtuais foram sendo superadas. Quando não havia cobertura de internet, a ATC providenciava internet móvel em local central da comunidade, propiciando a participação dos beneficiários e viabilizando o acompanhamento, mesmo em meio às dificuldades. Importante destacar o papel estratégico dos jovens nesse processo, uma vez que rapidamente demonstraram facilidade em utilizar as ferramentas e em detectar demandas e desafios.

Nos momentos de maior sofrimento – situação real vivenciada pelo conjunto da equipe envolvida –, veio o acolhimento, a escuta, a oração, a poesia, a esperança. Uma forma de fortalecer o coletivo, ainda que as pessoas estivessem distantes, em isolamento.

No caso da seca, a construção de cinco mil cisternas, não previstas inicialmente, foi acrescentada nos projetos produtivos. O acordo, firmado entre a Secretaria e o órgão financiador, Fida, permitiu levar água tratada para as famílias atendidas, no momento mais crítico de escassez de água para consumo e para produção.

A escassez de chuva era tanta, que os mananciais não enchiam, afetando conseqüentemente, a captação de água nas cisternas. Por esse motivo, foram necessários caminhões-pipas para encher as cisternas. Também, com as estações móveis de tratamento de água, doadas pelo governo de Israel, foi possível garantir a segurança de que a água era potável. Onde não havia mananciais próximos às comunidades do Projeto, as estações de tratamento da Cagece supriram a demanda por água limpa. Esse conjunto de ações se constituiu em alternativas para superar a situação de seca e garantir água para consumo nas comunidades do Projeto Paulo Freire.

Transversalidade: a integração com outras políticas públicas

PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO RURAL, é preciso potencializar as ações em âmbito local. Nesse sentido, o Projeto Paulo Freire trabalhou de forma transversal e integrada com outras áreas e políticas públicas governamentais.

Os casos relacionados a questões raciais, por exemplo, eram encaminhados à Coordenadoria de Políticas Públicas para a Promoção de Igualdade Racial do Estado (CEPPIR). Os de violência contra a mulher – intensificados durante a pandemia –, eram encaminhados à Coordenadoria Estadual da Mulher.

Outros temas, como a questão sanitária, tiveram apoio fundamental do órgão competentes. A aquisição de grandes quantidades de animais, prevista nos PIs voltados à atividade pecuária, poderia alterar a composição comunitária dos animais. Em caso de animais doentes, estes poderiam contaminar outros rebanhos. Para garantir o controle, o apoio dos órgãos sanitários oficiais, como a Coordenação de Defesa Pecuária do Estado do Ceará (CODEP), foi essencial.

Em nível local, o processo de articulação se deu entre as lideranças locais, com exceção da relação com os cartórios.

Parcerias para acesso a políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural

Prefeituras e Secretarias Municipais tiveram papel relevante na articulação das políticas municipais, como o acesso ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), apoio na organização das feiras da agricultura familiar e participação no comitê de seleção e validação das comunidades.

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais apoiou a seleção e a validação das comunidades e a articulação e mobilização das famílias, além de suporte logístico para técnicos.

Fetraece fez articulação com o governo do estado e o Fida e acompanhou a mobilização social do ponto de vista operacional e metodológico.

SEPLAG realizou acompanhamento do contrato de empréstimo do governo com a Sefaz e apoiou a seleção das comunidades.

Projeto São José contribuiu com sustentabilidade das ações junto às organizações beneficiárias por meio dos editais de chamada pública.

Ematerce disponibilizou servidores para compor a equipe do Projeto, deu apoio logístico e suporte na seleção das comunidades dentro da comissão de seleção.

Codep assumiu o apoio técnico na seleção dos animais e em temas de nutrição animal.

Coágua foi uma importante parceira na construção de 15 mil cisternas de primeira água e na gestão das estações de tratamento de água móveis.

Adagri cooperou para o licenciamento das unidades de beneficiamento e cadastro como criadores dos beneficiários da produção animal.

BNB ofereceu atendimento para acesso às políticas de crédito rural, como Pronaf, Agroamigo e Crediamigo.

Embrapa apoiou a capacitação de técnicos da UGP, da ATC e de agricultores beneficiários nas áreas de produção e beneficiamento dos produtos da agricultura familiar.

Semace contribuiu com as ações de licenciamento ambiental dos investimentos produtivos apoiados pelo Projeto.

PPF + Saúde

O PPF + SAÚDE foi uma iniciativa trazida por um grupo da Escola de Saúde Pública, com objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional nos municípios. Incorporado e ampliado ao longo do processo de execução do Projeto, foi uma importante alternativa para fortalecer a relação das comunidades atendidas com os serviços de Saúde Pública por meio dos agentes comunitários de saúde. Entretanto, para alcançar esse resultado, foi necessário mobilizar as Secretarias Municipais e seus gestores – cada qual com sua forma própria de atuação –, o que demandou um trabalho de formação e de capacitação a respeito do Projeto Paulo Freire. Foram realizadas reuniões específicas sobre o PPF + Saúde: um processo à parte que envolveu quase dois anos de articulação com as prefeituras municipais (e a rede de saúde) dos municípios localizados na área de abrangência.

Outro grande legado, fruto dessa articulação com outras políticas públicas, foi a criação da Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Cidade. Destaque para a experiência realizada no território do Inhamuns, onde cada gestor público municipal assinou um documento comprometendo-se publicamente com as ações propostas. A partir desse programa, uma série de iniciativas vêm contribuindo para o enfrentamento da violência contra mulheres. No município de Tauá, foi insti-

tuída a Patrulha de Defesa da Mulher; em Cariri, foi criada a Rede de Mulheres em Movimento, um processo de organização e legalização para o enfrentamento desse problema, tão intensificado ao longo da pandemia.

Outras ações, como a organização das feiras agroecológicas e do Movimento Jovens em Comunicação, demandaram o apoio da rede de políticas públicas disponíveis para a construção e expansão das diversas iniciativas locais.

Fida: o olhar do agente financiador e de apoio ao desenvolvimento

O FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (Fida) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Roma. Muito mais do que um agente financeiro da ONU para o tema da agricultura, o Fida é uma organização de desenvolvimento com mandato para trabalhar o tema da redução da pobreza rural há mais de três décadas no Brasil, em particular na região do Semiárido.

Ao firmar parceria com o Governo do Estado do Ceará, somou esforços para a implementação do Projeto Paulo Freire, que,

por meio de assessoria técnica contínua de base agroecológica, cumpriu importante papel na promoção das capacidades técnicas entre as famílias agricultoras público-alvo e suas organizações. A ATC se constituiu, ainda, em importantes espaços de fala para diferentes grupos sociais que, normalmente, não encontram lugar para se expressar, como mulheres, jovens, indígenas e comunidades tradicionais.

Para a seleção das comunidades a serem atendidas, um processo amplo e transparente de busca ativa, por meio do estabelecimento de 62 comitês locais, garantiu a equidade do processo, com critérios bem definidos, entre eles o de dar ênfase a comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais), mulheres e jovens. O resultado foi a definição de 600 comunidades, perfazendo um total de 55 mil famílias e mais de 210 mil pessoas de 31 municípios dos territórios dos sertões do Cariri, Crateús, Inhamuns, Sobral, Vale do Curu e Aracatiaçu, no Ceará.

Do ponto de vista das entidades executoras da ATC, destacam-se a diversidade de capacidades e a qualificação das equipes. Somado a isso, uma rica relação de mutualidade fez com que a experiência do Projeto contribuísse com o aprimoramento das capacidades de técnicos e técnicas, em especial em temas como agroecologia, gestão de água e gestão das organizações da sociedade.

Seca e pandemia: desafios ao longo da jornada

A SECA SEVERA registrada no Semiárido durante o período de execução do Projeto, que se estendeu de 2013 a 2021, e a pandemia por covid-19, deflagrada em 2020, trouxeram grandes desafios que demandaram ajustes importantes no planejamento das ações.

Por se tratar de uma instituição financeira com características diferenciadas – com enfoque nas pessoas muito mais do que nos investimentos em infraestrutura, voltada ao desenvolvimento das capacidades das organizações e dos produtores rurais –, os projetos financiados pelo Fundo são, por natureza, mais flexíveis no que se refere à execução. Característica que a equipe do Projeto Paulo Freire soube utilizar bem, ocupando os espaços de diálogo e valendo-se das possibilidades de ajustes ao longo do processo de implementação de forma ágil e eficiente.

O enfrentamento da seca exigiu, dos gestores e do Fida, como órgão financiador, um olhar sensível às condições locais e uma resposta rápida às demandas impostas. Flexibilidade foi a palavra de ordem, tanto para o Fida quanto para os gestores

do Projeto e para o Governo do Estado do Ceará como um todo. O contexto de crise hídrica exigiu um passo a mais na direção de reorientar o Projeto e incluir novas atividades, em especial, a implantação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, como as cisternas de placas para armazenagem de água para consumo e produção e a criação de patrulhas móveis, formadas por caminhões-pipas e dessalinizadores. Essas estruturas e as visitas regulares, somadas aos projetos produtivos, resultaram em maior capacidade de resiliência entre as famílias agricultoras, o que lhes garantiu a permanência no campo. O apoio à produção com base nos princípios agroecológicos criou ambiente produtivo com melhores condições de fertilidade do solo e o uso mais sustentável dos recursos naturais.

A pandemia de covid-19 trouxe para a assessoria técnica o desafio de estar presente, apesar da ausência física. Diante da impossibilidade de atividades em campo, a necessidade das comunidades de receberem as visitas impôs adaptações para realização de trabalho remoto. Porém, a nova forma de se comunicar só foi possível, porque já havia uma estreita relação de confiança entre os técnicos e os beneficiários.

Legados: experiências inspiradoras

DE MANEIRA GERAL, os projetos internacionais buscam experiências que indicam o caminho para um novo sistema de produção sustentável, voltado para a melhoria da renda, da nutrição e da saúde das famílias beneficiárias.

Um dos importantes legados do Projeto Paulo Freire, que pode inspirar outros projetos mundo afora, foi a promoção da participação e das capacidades das mulheres, desde as atividades de formação até as atividades sociais e produtivas. A abordagem trouxe resultados visíveis e sustentáveis, pois, uma vez empoderadas, essas mulheres estão aptas a continuar ocupando espaços, participando e exigindo lugares de fala nas tomadas de decisão.

A abordagem da agroecologia, integrada em todas as atividades, foi outro grande diferencial que se tornou referência para outros projetos. Por meio da ATC, foi possível partilhar, entre as famílias, experiências e capacidades para práticas sustentáveis, como o uso de tecnologias sociais, de sistemas agroflorestais, reciclagem de nutrientes e da água, além da integração dos animais aos sistemas produtivos, entre outras práticas.

Desafios para o futuro

OS RESULTADOS APRESENTADOS fazem do Projeto Paulo Freire um dos melhores projetos financiados pelo Fida no mundo⁷, com ênfase na sustentabilidade dos processos produtivos, na participação de organizações indígenas e na inclusão de jovens como agentes locais nas comunidades. O desafio de alcançar outras tantas famílias com essa importante iniciativa de assessoria técnica contínua de base agroecológica faz com que o órgão financiador reitere interesse em continuar investindo e trabalhando em parceria com o estado do Ceará na implementação do Projeto Paulo Freire.

Ampliar parcerias com outras instituições e com o setor privado é desafio para o futuro, sobretudo no contexto local, bem como a

7 Unidos pelo mesmo objetivo de contribuir com a redução da pobreza rural e das desigualdades no Semiárido brasileiro, em 2021 o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) destacou o Projeto Paulo Freire entre os cinco melhores projetos por ele financiados no mundo. Executado pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), a iniciativa alcançou quarto lugar no ranking de desempenho no portfólio do Fida, que, além de agente financiador, é um importante braço da ONU, cuja atuação se traduz em 280 projetos globais de combate à pobreza, em 120 países. Para representantes do Fundo no Brasil, o destaque em nível global reflete a capacidade de transformação demonstrada pelas ações de assessoria técnica contínua voltadas a agricultores e agricultoras familiares e suas organizações, com destaque para a inclusão de diversos grupos sociais, como mulheres, juventudes, grupos indígenas e comunidades tradicionais.

integração com políticas públicas disponíveis para o fortalecimento dos processos produtivos. Outro grande passo a ser dado é a integração das famílias agricultoras a cadeias de valor, com previsão de investimentos estáveis de forma que, mesmo que se tratem de pequenas unidades agrícolas, mantenham uma estrutura diversificada e flexível para o enfrentamento e a gestão dos riscos, para que se adaptem e reajam às diferentes condições de mercado.

Parcerias que se juntaram ao Projeto Paulo Freire ao longo da jornada

NO DECORRER DA SUA IMPLEMENTAÇÃO, o Projeto Paulo Freire desenvolveu ações voltadas a temáticas, como questões de gênero, raça e etnia, juventudes rurais, implementação de projetos, acesso a mercados, acesso a água, nutrição e segurança alimentar e gestão do conhecimento. As parcerias construídas com organizações sociais e instituições de níveis local, estadual, nacional e internacional foram um diferencial nessa trajetória, ampliando ainda mais os resultados das ações do Projeto. O processo de

cooperação, estrategicamente realizado de dentro para fora dos territórios, tinha início localmente, a partir da articulação dos técnicos e das técnicas com as instituições e organizações em cada um dos 31 municípios de atuação. Demandas que exigiam acordos em nível estadual eram compartilhadas com a equipe da UGP, que as encaminhava às diferentes áreas de governo. O resultado desse esforço foi a construção de ricas e diversas parcerias, que ampliaram ainda mais a capacidade de abrangência do PPF e reverberaram iniciativas Brasil afora.

Escolas Família Agrícola

As Escolas Família Agrícola promoveram a entrada de jovens filhos de agricultores como alunos em processos de formação técnica contextualizada. Da parte do Projeto Paulo Freire, a parceria proporcionou espaços para os estudantes, tanto em estágios como na contratação de jovens recém-formados para a assessoria técnica, além da realização de eventos formativos, como intercâmbios e encontros.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Instituto Agropolos do Ceará

As instituições atuaram, lado a lado, no apoio à gestão do Projeto Paulo Freire, em especial na viabilização da contratação de colaboradores, serviços e consultorias especializadas, que muito impulsionaram as ações propostas.

Programa Semear e Projeto Semear Internacional

Parceiros na área da gestão do conhecimento, atuando em: sistematização de experiências e produção de publicações diversas; realização de intercâmbios de experiência nacionais e internacionais; apoio à criação e funcionamento do Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero; realização de pesquisas; intercâmbio das comunidades tradicionais na Argentina; intercâmbio virtual Brasil-África; e realização do Prêmio Semear Internacional de Jornalismo.

Programa Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados (AKSAAM)

Junto ao programa Slow Food, houve a realização de projeto para o fortalecimento da identidade territorial, valorização da cultura alimentar e da sociobiodiversidade de comunidades tradicionais e de jovens rurais nas aldeias indígenas Tabajaras e Tremembés.

Corporación Procasur

Realização de intercâmbios Brasil e América Central, Brasil e Moçambique e Brasil e Uruguai na temática “Juventude Rural e Nutrição”.

Instituto Ubiqua

Parceria com o Projeto NESTANTE para o curso de Repórter Digital envolvendo as juventudes atendidas pelo Projeto Paulo Freire.

Rede ASA Ceará e Parceiros

Apoio organizativo e fortalecimento das ações territoriais de acesso à água. Em parceria com o Projeto DAKI, foram sistematizadas experiências vivenciadas pelas comunidades do Projeto Paulo Freire e conteúdos produzidos foram compartilhados.

Escola de Saúde Pública do Ceará

Parceira para implementação do PPF + Saúde: iniciativa de integração de políticas públicas por meio de capacitações. É fruto de acordo de cooperação entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará, a Escola de Saúde Pública do Ceará e o Departamento de Saúde Coletiva da Uece.

Escola de Gastronomia Social (EGS) e segurança alimentar e nutricional

Parceira na formação de técnicas e técnicos de ATER para atuar na construção das estratégias de fortalecimento de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis com as comunidades, fomentando diálogo de saberes e experiências, com intuito de criar uma rede de cooperação entre as comunidades para combater a desnutrição e doenças crônicas em populações camponesas, indígenas, pescadores e quilombolas, visando, sobretudo, crianças e mulheres.

Universidade Federal do Ceará

Suporte técnico na elaboração da pesquisa de resultados econômicos realizada em 2018, apoio na elaboração das cartilhas de políticas públicas e participação no processo de formação das equipes de ATC por

meio do Programa Residência Agrária do Centro de Ciências Agrárias.

Universidade Estadual do Ceará

Colaboração no tema saúde coletiva e pandemia, pesquisa e apoio científico no trabalho de saúde no PPF + Saúde e parceria em atividades virtuais de formação e capacitação.

Movimentos de Juventudes Rurais

Articulação nos territórios, proposição de políticas públicas e organização.

CAPÍTULO 3

Assessoria técnica contínua: presença nos territórios



“CONHECER É TAREFA DE SUJEITOS,
NÃO DE OBJETOS. E É COMO SUJEITO
E SOMENTE ENQUANTO SUJEITO,
QUE O HOMEM PODE REALMENTE
CONHECER”

PAULO FREIRE

O relato a seguir foi construído a partir do olhar das entidades executoras sobre a assessoria técnica contínua de base agroecológica no âmbito do Projeto Paulo Freire.

IMPORTANTE SABER

Territórios de abrangência do Projeto Paulo Freire

De acordo com o Atlas Brasil (2020), o estado do Ceará ocupa o 17º lugar no ranking do IDHM no País. Dos 184 municípios do estado, 175 pertencem ao Semiárido cearense, ou seja, 95% deles (FUNCEME, 2017). Essas condições de vida também caracterizam a realidade do povo que vive no Semiárido cearense e, particularmente, nas áreas de atuação do Projeto Paulo Freire: 31 municípios distribuídos em três territórios de atuação, sendo eles Cariri Oeste, Inhamuns e Sobral.

Entre os 31 municípios de atuação do Projeto Paulo Freire, 13 possuem baixo IDH, 17 têm médio IDH, e apenas um possui alto IDH, de acordo com dados do Anuário do Ceará (2019-2020). Um indicador

importante, considerando que o objetivo maior do Projeto Paulo Freire é reduzir o empobrecimento rural no Semiárido cearense.

Apesar dos vários aspectos em comum, a formação histórica desses territórios é marcada por diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Por meio de metodologias participativas, essas organizações e movimentos têm desenvolvido importantes ações afirmativas e, com presença e cobrança dos governos, assegurado políticas públicas integradas de promoção da equidade de gênero, raça e etnia, do enfrentamento da pobreza e da convivência com o Semiárido.

CARIRI OESTE
 Altaneira
 Antonina do Norte
 Araripe
 Assaré
 Campos Sales
 Nova Olinda
 Potengi
 Salitre
 Santana do Cariri
 Tarrafas

INHAMUNS
 Aiuaba
 Arneiroz
 Parambu
 Quiterianópolis
 Tauá

SOBRAL
 Coreaú
 Frecheirinha
 Graça
 Hidrolândia
 Ipu
 Ipueiras
 Irauçuba
 Massapê
 Moraújo
 Mucambo
 Pacujá
 Pires Ferreira
 Reriutaba
 Senador Sá
 Sobral
 Varjota

A assessoria técnica contínua de base agroecológica pelo olhar do Cactus

REGIÃO DE ATUAÇÃO

Cariri Oeste

10

municípios

59

comunidades

acompanhadas

2.635

famílias

acompanhadas

Fundada em 2003, o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (Cactus) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Tem por objetivo atuar com comunidades rurais e urbanas, priorizando as pessoas que se encontram em situação de risco, organizadas ou não em associações, de forma a contribuir com uma transformação socioeconômica e cultural, incentivando o associativismo e a cooperação e respeitando os valores e saberes locais. Um trabalho que tem como foco o combate à pobreza e à exclusão social e a preservação do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável, a fim de estimular as pessoas a fazerem suas próprias escolhas rumo a um coletivo mais transformador, democrático e solidário.

MESMO ANTES DA CHEGADA do Projeto Paulo Freire, a Cactus já atuava na região no território do Cariri Oeste do estado do Ceará com as comunidades rurais e urbanas. Os objetivos comuns e o perfil técnico da entidade contribuíram para sua participação no processo de seleção e contratação, em 2017, como entidade executora das ações de assessoria técnica contínua de base agroecológica (ATC) no âmbito do Projeto Paulo Freire. Estavam abertas as portas para expandirem-se ainda mais os espaços de partilha de conhecimentos e de experiências: do ponto de vista geográfico, a ampliação na área de atuação da Cactus no território do Cariri Oeste; e, do ponto de vista conceitual, o desafio de uma inserção mais aprofundada das temáticas de gênero, raça e etnia e das estratégias com mulheres e juventudes, uma dinâmica que trouxe novas formas de atuação e de interação com as comunidades.

Em momento anterior, como preparação ao primeiro passo rumo ao campo, uma rodada de formação e capacitação envolveu a equipe da Cactus e representantes de segmentos locais – sindicatos rurais, governos municipais, organizações da sociedade, entre outros. Os encontros, chamados de “Chegança”, foram outra oportunidade de interação, que proporcionou um preparo inicial das famílias selecionadas acerca dos objetivos e das metodologias de trabalho, além do rico momento em que as equipes técnicas realizaram um levantamento inicial da realidade nos diferentes municípios.

Durante dois dias de intenso trabalho em cada comunidade, a realização do diagnóstico rural participativo (DRP) e a elaboração do plano de desenvolvimento (PD) marcaram o início de um longo e produtivo período voltado ao enfrentamento da pobreza rural e à promoção do desenvolvimento local – que viriam com a execução dos planos de investimentos definidos pelas famílias. Depois do final da rodada, as equipes técnicas retornaram a todas as comunidades para apresentação, ajustes e aprovação do DPR e do PD.

Foi o primeiro passo do diálogo, que ganhou rumo e se estendeu ao longo do Projeto, resultando em uma jornada frutífera, com atividades produtivas definidas pelos próprios beneficiários nos planos de trabalho.

Para alcançar os resultados pretendidos entre o início do trabalho e a consolidação dos projetos produtivos no território, um intenso trabalho de ATC de base agroecológica foi realizado pelas equipes da Cactus. Nesse processo participativo, um novo olhar sobre as relações sociais e econômicas nas comunidades foi naturalmente surgindo, trazendo profunda e potente transformação de paradigmas, sobretudo com a priorização da participação de mulheres e jovens em todas as etapas – desde a construção dos planos à implantação dos projetos de investimento e demais etapas de efetivação.

Aos poucos, surgiam na paisagem os apriscos, as pocilgas, os aviários, os quintais produtivos. As tecnologias sociais – estruturas físicas construídas de acordo com as

especificações técnicas compatíveis com seu uso e os recursos disponíveis – davam materialidade e sustentação aos projetos produtivos sonhados e planejados pelas famílias com apoio da ATC.

Uma vez concluída essa etapa, todas as famílias passaram a receber visitas individuais para levantamentos suplementares e muitas visitas para assessoria técnica nas áreas de produção agrícola e não agrícola.

Os momentos de atendimentos individualizados marcaram o trabalho de maneira especial. Dias de campo, atividades de formação, reuniões, intercâmbios realizados com as unidades de produção familiar e coletivos serviram de espaço para o planejamento das ações específicas para grupos prioritários: mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. As diversas abordagens temáticas – como agroecologia, empoderamento das mulheres, juventudes, saúde, gênero, raça e etnia – formaram um mosaico de saberes partilhados, motivando ricos momentos de esperar e estabelecer metas para o trabalho a ser realizado em parceria entre as equipes de ATC e da UGP, as comunidades e os parceiros locais.

O apoio da UGP à equipe da Cactus foi fundamental. À medida que o trabalho avançava, dúvidas e necessidades de ajustes surgiam, resultando no fortalecimento de uma relação de diálogo, com acompanhamento contínuo, processos de formação e capacitação, sempre

no intuito de que o trabalho de campo acontecesse a contento. Mais do que uma forma de prestação de contas do contrato, a cada três meses, um relatório apresentado apontava se o caminho estava certo, além de trazer resultados e indicar ajustes necessários.

Os desafios foram muitos: a ausência de associações para acolhida e execução dos projetos em algumas comunidades; o enfrentamento de paradigmas culturais quanto à participação de mulheres e de jovens no processo de desenvolvimento local; as questões técnicas, burocráticas e de acesso a mercados inerentes a projetos produtivos voltados a atividades como suinocultura, ovinocaprino cultura, avicultura, apicultura; a resistência, por parte de algumas famílias, para avançarem em modelos tecnológicos mais organizados; a dificuldade da maioria das famílias de organização e planejamento da produção; a presença forte de atravessadores nas comunidades; o desestímulo das famílias em participar de feiras, encontros e cursos de capacitação; e, de forma excepcional, os reflexos da pandemia de covid-19 durante boa parte da execução do Projeto.

De maneira geral, os avanços vieram como resultado: o aumento da renda e o incremento na alimentação das famílias atendidas; a geração de ocupação e oportunidade para jovens; a inclusão de grupos de mulheres na atividade; a diversificação da produção; a organização de grupos locais em associações; o apoio criterioso aos povos tradicionais, visando o acesso às políticas

públicas e de inclusão social; do ponto de vista prático, o aumento dos ganhos reais com comercialização da produção; e a organização de grupos em sistemas online de forma remota e simplificada, focados na comercialização e nas trocas de experiências.

O olhar sobre uma experiência inspiradora

Em 2014, na comunidade de Lírio, localizada no município de Santana do Cariri, teve início a implantação de uma moeda social e solidária – o “lírio” – que funcionou por dois anos. Durante a construção do DRP com a comunidade, a equipe técnica de ATC, ao saber da iniciativa, sugeriu ações que colocassem novamente luz sobre essa experiência, visando a possibilidade de reativação da moeda social. Em um intercâmbio reunindo outras comunidades e outros municípios, incluindo a realização de uma feira da agricultura familiar, foi feita a demonstração da troca da moeda “lírio”, apresentada, no evento, por duas jovens da comunidade. Elas falaram da importância daquela iniciativa para o desenvolvimento local, fazendo com que “a riqueza girasse na própria comunidade, aumentando o número de transações financeiras, estimulando a economia local, fortalecendo os vínculos de trabalho e desenvolvendo o cooperativismo e a solidariedade comunitária”. Com isso, as ações do Projeto Paulo Freire fortaleceram a associação comunitária local, que pôs em prática atividades já realizadas pela comunidade, sendo, assim, incentivada a reforçar vínculos e partilhar conhecimentos e vivências adquiridas.

A assessoria técnica contínua de base agroecológica pelo olhar do Instituto Flor do Piqui

REGIÃO DE ATUAÇÃO

Cariri Oeste

10

municípios

74

comunidades
acompanhadas

3.450

famílias
acompanhadas

O Instituto Flor do Piqui é uma organização não governamental, fundada em 2005, com sede no município de Crato (Ceará), que tem como objetivo prestar assistência técnica e extensão rural a agricultores e agricultoras familiares, com foco no desenvolvimento social e produtivo associados à sustentabilidade. Com atuação em toda a Região Nordeste, planeja, coordena e executa programas de ATER que auxiliem as famílias a aumentarem a produção, a renda e melhorem as condições de vida no meio rural. Para isso, o Instituto atua na difusão de conhecimentos, de acordo com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), entre eles, o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária, a promoção de gênero, geração, raça e etnia, a aplicação de tecnologias sociais e de práticas agrícolas e agroecológicas de convivência com o Semiárido.

UMA FLOR BROTOU no território do Cariri. Na parte oeste, onde o Projeto Paulo Freire chegou, a parceria com o Instituto Flor do Piqui proporcionou a implementação de ações de enfrentamento à pobreza e promoção do desenvolvimento rural. A entidade já se apresentava atuante na mesma direção desde 2005, desenvolvendo ações no âmbito do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento regional sustentável, executando ações como Programa de Cisternas, Crédito Fundiário e ATER em projetos financiados pelos governos estadual e federal.

Com a seleção e a contratação do Instituto como entidade executora da assessoria técnica contínua de base agroecológica, veio a contratação e a capacitação dos profissionais de múltiplas áreas para gerir e, de forma integrada, enfrentar os desafios propostos pelo Projeto Paulo Freire. Outros profissionais com perfis multidisciplinares – pedagogia, zootecnia, agronomia, sociologia – foram selecionados e contratados para se juntarem à equipe, com prioridade para mulheres e para jovens com experiência mínima de três anos em assessoria de base agroecológica. O intuito foi formar uma base sustentável de profissionais para atender às demandas decorrentes das ações e dos caminhos propostos pelo público-alvo do Projeto.

Capacitações internas foram fundamentais para o nivelamento da equipe. Um processo com data para começar, porém replicado ao

longo de todo o período de execução, com avaliações semestrais realizadas a fim de aprimorar o trabalho e alcançar melhores resultados em campo.

Com base no “marco zero” do projeto, e com apoio da equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto, o Instituto seguiu observando as realidades e respeitando os ciclos e os desafios que se apresentavam, o que demandou, por vezes, fazer ajustes nas metas. Trimestralmente, os produtos e os relatórios entregues apresentavam os objetivos concluídos. Entretanto, nesse intervalo, houve momentos em que a instituição incrementou a proposta de trabalho com metas próprias, incluindo a participação de lideranças de associações comunitárias de cada município em balanços periódicos. Sempre com autorização da UGP, nesses momentos de diálogo – a partir da análise conjunta das necessidades do público atendido –, surgiram ajustes e mudanças no sentido de avançar sobre o objetivo proposto, com redefinição de metas.

Parceria é o sentimento que marcou a relação do Instituto Flor do Piqui com a equipe da UGP, sempre em busca de apoiar o trabalho e somar esforços por meio de treinamentos com enfoque nos componentes produtivos e de desenvolvimento de capacidades. O auxílio para solucionar problemas e sugerir caminhos chegava sempre. Ainda que sediada na capital do estado, Fortaleza, a dificuldade de realizar encontros presenciais era suprida por ferramentas virtuais,

como videoconferências. Além disso, os escritórios regionais cumpriram o papel de dar capilaridade à presença da UGP dentro das instituições, facilitando, em particular, o processo de entrega de produtos, avaliação de execução das metas e alinhamento de propostas firmadas em reuniões na sede do Projeto. A UGP cumpriu, ainda, a importante função de mediar os acordos firmados com o Fida e governo do estado – órgãos financiadores –, atuando como facilitadora nos momentos de avaliações e nas auditorias realizadas durante a execução das ações do PPF. Um trabalho que demandou diálogo, transparência e compreensão sobre as diferentes realidades.

Os desafios, próprios de quem constrói caminhos, surgiram ao longo da jornada. O principal deles, certamente, foi o tempo: implantar planos de investimentos produtivos em quase cem comunidades rurais em um curto período foi uma tarefa que demandou dedicação e alto desempenho da equipe. Reflexo dessa realidade foram os ajustes necessários nas metas estabelecidas. Outro grande desafio foi de reestruturar mais de 60% das associações, sendo criadas 40 novas associações ao longo do processo. Outras providências burocráticas também demandaram acentuar esforços, como o excessivo número de contas bancárias a serem abertas para as associações, apoio a processo de licitação, cadastro das associações no sistema “E-parcerias”, do governo do estado, e a manutenção diária de atualização de certidões municipais. Um

trabalho que exigiu a integração forte com outros agentes locais, executores de políticas públicas no território.

Os avanços e resultados trouxeram o sentimento de realização: em primeiro lugar, a conclusão dos planos de investimentos produtivos, ainda que em meio ao desafio de correr contra o tempo; de forma mais profunda e significativa, a transformação da realidade em algumas comunidades que não tinham sequer uma fonte de água para consumo humano chegou junto com as cisternas de captação de água da chuva, assim como da implantação de quintais produtivos ao lado das casas das famílias atendidas; o empoderamento das mulheres e a participação das juventudes nas atividades produtivas e nas dinâmicas locais de organização social; em especial, a visibilidade alcançada pelos povos pertencentes a comunidades tradicionais, frequentemente colocados à margem pelo poder público local, mas, que a partir das ações do Projeto, passaram a se engajar com representatividade de ideias nas agendas de programas, projetos e políticas públicas em seus municípios e no território como um todo.

O olhar sobre uma experiência inspiradora

As cadernetas agroecológicas foram criadas como importante ferramenta de apoio ao empoderamento e visibilidade da mulher. O simples mas poderoso ato de anotar o dia a dia da produção, da comercialização dos produtos e as metas e resultados destacou

algo que não era reconhecido nas comunidades: o papel das mulheres no processo produtivo das famílias rurais. A experiência de uso da caderneta agroecológica na comunidade de Pedra Branca, município de Nova Olinda, reaplicado entre as mulheres das comunidades circunvizinhas, trouxe visibilidade sobre a participação feminina nas atividades produtivas e na geração de renda familiar, estimulando, também, as mulheres a ocuparem espaços de discussão não apenas sobre gênero, mas também sobre economia e outros temas da coletividade. Na casa de farinha, da Associação do Sítio Serra do São Vicente, município de Araripe, outra experiência reforçou o papel feminino: na atividade de produção coletiva, a participação das famílias se fortalece, com destaque para as mulheres e as juventudes, cujas experiências ganharam visibilidade e se multiplicaram por meio de atividades de intercâmbio e divulgação.

A assessoria técnica contínua de base agroecológica pelo olhar do Cetra

REGIÃO DE ATUAÇÃO

Sobral

19

municípios

112

comunidades
acompanhadas

6.979

famílias
acompanhadas

Fundado em 1981, o Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra) é uma organização da sociedade civil que tem como missão contribuir para o bem viver no campo e na cidade por meio da agroecologia e da convivência com o Semi-árido. Tem por princípios a solidariedade, a universalização dos direitos das pessoas, a proteção e conservação do meio ambiente, a construção de uma sociedade justa, democrática, livre e igualitária. Desenvolve ações nos territórios Vales do Curu e Aracatiaçu, Sertão Central, Sobral, Inhamuns, Ibiapaba, Maciço de Baturité e Sertões de Canindé. A partir do início dos anos 2000, com a Rede ATER Nordeste de Agroecologia e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Cetra avançou nas ações com foco na agroecologia e ênfase na construção de uma metodologia coletiva do conhecimento que contribui para o debate sobre a importância do trabalho realizado pelas mulheres rurais.

DESDE QUE FOI CRIADO, na década de oitenta, o Cetra atua no apoio e na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, no acesso à terra e na implementação de tecnologias de convivência com o Semi-árido. A partir de 2015, com a contratação como entidade executora das ações de ATC de base agroecológica no âmbito do Projeto Paulo Freire, a relação com as comunidades do território de Sobral estreitou ainda mais. Um processo que demandou aprofundamento do entendimento acerca da dinâmica de cada comunidade e desenvolvimento de ações mais condizentes com a realidade local. O acompanhamento das famílias, com base em uma relação dialógica entre técnicos, técnicas e famílias agricultoras, trouxe para o processo a construção do conhecimento agroecológico, que tem na educação popular de Paulo Freire o pensamento central. Motivo pelo qual o desenvolvimento das capacidades das famílias atendidas, sejam elas sociais, produtivas ou ambientais, deram-se a partir dos saberes trazidos pelos atores locais.

O trabalho com grupos de mulheres e juventudes rurais da região chegou como resposta às demandas de empoderamento político e social e como promoção da autonomia financeira entre esses públicos, por meio da produção e da comercialização em feiras agroecológicas e solidárias. A interação com os diversos órgãos do poder público local e as organizações da sociedade trouxe o apoio necessário para a realização das ações e ampliou espaços para a cons-

trução coletiva da promoção da segurança alimentar e nutricional entre as famílias agricultoras atendidas. Na área social, o trabalho com as associações comunitárias se deu desde o processo de gestão da organização, definição do papel dos associados e associadas, regularização de documentação e organização financeira até a formação dos grupos de associados para a elaboração e desenvolvimento dos planos de investimento produtivo.

A ação com juventudes – prática historicamente desenvolvida pelo Cetra – foi reforçada nas atividades de ATC enquanto estratégia. Atividades de formação, intercâmbios e encontros serviram como espaços para multiplicação dos saberes construídos coletivamente em agroecologia, socioeconomia solidária, crédito agroecológico solidário e inserção das famílias no processo de comercialização. Nas muitas rodas de conversa com juventudes, nos vários intercâmbios e dias de campo, um ambiente frutífero de partilha favoreceu a aproximação dos técnicos e técnicas a esse público. Como resultado, veio o aumento de seu protagonismo nos espaços de vivência, trazendo um novo sentido para sua permanência e estimulando o processo de sucessão rural a partir da inserção de jovens nos planos de investimento produtivos.

As mulheres, outro público prioritário do Projeto Paulo Freire, desempenham papel de destaque na promoção da segurança alimentar e nutricional no território.

Historicamente, vem delas o trabalho de preparar e oferecer a alimentação familiar e os cuidados com a saúde, além da forte participação feminina nas feiras locais. No núcleo familiar, a maioria das mulheres são, também, as responsáveis pelo manejo das tecnologias sociais e, conseqüentemente, as principais propagadoras.

Por esse motivo, o debate a respeito da participação das mulheres no processo produtivo e, estrategicamente, a implementação das cadernetas agroecológicas foram passos importantes no trabalho da ATC de base agroecológica realizado pelo Cetra. Uma ação estratégica que se estendeu para o uso de outras ferramentas, como produção e divulgação de artigos e publicações audiovisuais que dão visibilidade às histórias de lutas das mulheres envolvidas nos projetos, sob o mote: “Mulheres do Semiárido – Semear Direitos em Primeiro Lugar.”

Os desafios, próprios da caminhada, são parte do enfrentamento da pobreza rural e da promoção do desenvolvimento local com inclusão no território. Entre eles, estão a espera pelo processo de liberação dos recursos no início da execução – que exigiu planejamento e criatividade – e a pandemia de covid-19, que demandou ajustes na estratégia de trabalho e na articulação das equipes técnicas e esforço humanitário dobrado por parte delas para defender os direitos das populações mais vulneráveis. As ações trouxeram fortaleza e resiliência para as equipes e para as famílias atendi-

das. Sob o mote “Cuide de mim que eu cuido de você!”, uma série de iniciativas realizadas de forma remota (via internet, celular, redes sociais) compensou a ausência física das equipes técnicas, ao passo que garantiram uma forma de presença e cuidado, justamente quando as famílias mais precisavam de atendimento.

Os resultados vieram em resposta ao trabalho realizado. Logo de início, ainda na chegada do Projeto Paulo Freire no território, o mais significativo deles foi a reorganização ou, em determinados casos, a criação de associações. Um trabalho que se destacou pela participação de mulheres nos espaços de liderança. Aliado a isso, a constituição da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Território de Sobral, cuja presença feminina segue de forma significativa até hoje.

Famílias com acesso a tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e com condições de vida mais dignas; comunidades com planos de investimento elaborados, voltados a processos produtivos de base agroecológica; atividades diferenciadas, como costura e artesanato, gerando renda excedente a ser investida pelas próprias famílias nas propriedades; construção de ambiente propício para difusão das expressões culturais próprias, gerando fortalecimento das identidades e protagonismo no campo a partir das dimensões socio-cultural, política, territorial; e estruturação de um espaço fixo de comercialização em parceria com o Projeto Saberes do Semiá-

rido (AKSAAM), apoiado também pelo Fida. Essas são algumas das principais conquistas do trabalho realizado pela ATC por meio do Cetra no âmbito do PPF.

O olhar sobre uma experiência inspiradora

Na unidade familiar incrustada na Serra do Jordão, localizada na comunidade Casa Forte, a 25 km de Sobral, vivem o casal Márcia Maria Monte e Vanderlei Alves, o filho e a filha. A experiência dessa família demonstra a força da produção agroecológica e da inserção de tecnologias sociais como estratégia de autonomia e melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares. Uma inspiração que já deu fruto: a criação da Feira Agroecológica e Solidária de Sobral. Ao incorporar práticas e tecnologias sociais em seu agroecossistema e recuperar um olho d'água na propriedade, a família viu aumentar a capacidade e a diversidade da produção (toda de base agroecológica), gerando autonomia, segurança nutricional e soberania alimentar e renda – dimensões promotoras de saúde e bem viver. A experiência inspiradora tem sido multiplicada para outras unidades familiares, que enxergam, na prática, a viabilidade de se construir territórios saudáveis, baseados na convivência com o Semiárido e por meio do acesso a políticas e programas que fortalecem a autonomia, o modo de vida e de trabalho das populações do campo.

A assessoria técnica contínua de base agroecológica pelo olhar da Cáritas

REGIÃO DE ATUAÇÃO

Inhamuns

05

municípios

71

comunidades

acompanhadas

3.648

famílias

acompanhadas

A Cáritas Diocesana de Crateús (CDC) foi fundada em 2005 e integra a Cáritas Brasileira Regional Ceará. Tem por missão reduzir a pobreza de mulheres, indígenas, quilombolas, populações periféricas, agricultores, pescadores artesanais, suas famílias e juventudes nos meios urbano e rural por meio de assessoria técnica, capacitação de educadores e a implementação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido. Entre as áreas prioritárias, estão: formação e organização comunitária, defesa de direitos, controle social, mobilização social, incentivo à produção agroecológica e à comercialização justa e solidária, educação contextualizada para convivência com o Semiárido, educação ambiental e fortalecimento da Rede Cáritas. Os principais projetos desenvolvidos são: Educação Contextualizada, Plano de Desenvolvimento Local Sustentável, Programa de Economia Popular Solidária e Programa de Convivência com o Semiárido.

A CÁRITAS DIOCESANA DE CRATEÚS atua há 17 anos na Diocese que abrange esse território. Um trabalho realizado a partir de estratégias de assessoria técnica, capacitação de educadores para concepção de uma educação contextualizada e implementação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido. A relação de credibilidade e confiança entre a entidade e o público a que se dedica é fruto da relevância do trabalho realizado e de um diálogo frutífero com a comunidade e parceiros.

A prática pedagógica, com base nos princípios da educação libertadora de Paulo Freire, com enfoque dialético, humanista e construtivista, orienta o trabalho da Cáritas com sua equipe técnica, agricultores e agricultoras. O olhar que considera o contexto político, cultural, ambiental, social e econômico das comunidades oferece direcionamento para o desenvolvimento do pensamento autônomo, tendo como pressuposto o respeito mútuo, a valorização do protagonismo dos sujeitos no processo de aprendizagem, considerando seus saberes e conhecimentos locais, socioculturais e econômicos.

Por meio da contratação como executora de ATC de base agroecológica no âmbito do Projeto Paulo Freire, a entidade deu início a um processo de formação envolvendo a equipe multidisciplinar selecionada para desenvolver o trabalho com as comunidades e famílias beneficiárias.

A amplitude do desafio proposto exigiu das equipes o aprofundamento sobre as abordagens técnicas e metodológicas. A ressignificação das relações de gênero em espaços rurais, a valorização da juventude camponesa, a participação popular dialógica e os princípios da agroecologia aplicados aos agroecossistemas familiares camponeses foram as diretrizes definidas como prioritárias para a abordagem técnica. Um trabalho apoiado na metodologia de ideias-força, presente em todas as intervenções da entidade, fundamentada no “ver e ouvir”, “refletir e agir”.

Partindo dessa escuta acerca dos anseios das pessoas, grupos e comunidades e garantindo a participação dos sujeitos no exercício de inserção crítica sobre a realidade, o passo seguinte foi promover aproximação ao cotidiano desses grupos, em um exercício de reflexão coletiva para a construção de propostas na busca do que se enseja.

Ações propostas foram na direção da busca pela garantia de vida digna, alicerçada na participação plena dos sujeitos, na inclusão dos menos favorecidos, no cuidado com o ecossistema, no alcance do estado de empoderamento, na ampliação do nível de consciência crítica e na implantação de práticas sustentáveis de convivência com o Semiárido.

É prática da Cáritas Diocesana não iniciar ou dar continuidade a nenhuma ação sem um conhecimento prévio do território, do

coletivo e do contexto em que vai se inserir ou atuar. Pioneira na implementação e difusão da metodologia de diagnóstico participativo com os planos de desenvolvimento local sustentável (PDLS), a entidade não encontrou dificuldades em mobilizar grupos locais para construção de propostas e metas a serem alcançadas pelo Projeto Paulo Freire no território dos Inhamuns. O DRP foi realizado por área de interesse, habilidades e condições geográficas, tendo como base os princípios agroecológicos de economia popular solidária e de convivência com o Semiárido.

Durante toda a trajetória, a relação entre a Cáritas e a UGP do Projeto Paulo Freire e o trabalho realizado foram alicerçados na parceria, no respeito, no diálogo e nas articulações em favor de uma boa execução. As diferentes realidades enfrentadas em cada território de atuação do Projeto Paulo Freire, com geografias próprias, incertezas e problemas demandam um processo contínuo de construção em parceria. O passo inicial para a superação das dificuldades enfrentadas no território atendido pela Cáritas foi o diálogo construído a partir de espaços para divergências construtivas, aprendizados partilhados e ambiente propício à consolidação exitosa na proposta do projeto.

A assessoria técnica contínua de base agroecológica pelo olhar do Esplar

REGIÃO DE ATUAÇÃO

Inhamuns

05

municípios

50

comunidades

acompanhadas

2.084

famílias

acompanhadas

Com sede em Fortaleza, Ceará, o Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 1974, que atua no Semiárido cearense desenvolvendo atividades de fortalecimento das organizações de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Tem por missão construir, de forma compartilhada, um projeto de desenvolvimento solidário, ecologicamente sustentável e efetivador de direitos, com foco na agricultura familiar e fundamentado na agroecologia, na igualdade de gênero, no fortalecimento da autonomia dos movimentos sociais, na soberania e segurança ambiental e nutricional e contra a discriminação de raça, etnia e geração. Atua no estado, mais especificamente nas regiões dos Inhamuns/ Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Região de Sobral, Vale do Jaguaribe e Região Metropolitana de Fortaleza, desenvolvendo programas com organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, grupo de mulheres e associações comunitárias.

INICIADO NA DÉCADA DE 1980, o Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria tem construído uma boa relação no território, sobretudo nos municípios de Tauá e Parambu, graças a um importante trabalho de assessoria sindical realizado com formação para as direções dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Ao longo dessa trajetória, algumas experiências marcaram sua atuação, como a implantação do Plano de Desenvolvimento dos Agroecossistemas em 1993 e, no ano seguinte, com a Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá, o trabalho de implantação de atividades produtivas nas comunidades rurais Tauá, que se estendeu até 2003.

Em setembro de 2017, com a contratação para realização da assessoria técnica contínua de base agroecológica no âmbito do Projeto Paulo Freire, o Esplar retorna à região dos Inhamuns. Dessa vez, para atuar nos municípios de Tauá, Arneiroz, Aiuaba, Parambu e Quiterianópolis. Ao longo de quatro anos, equipes de técnicos e técnicas foram a campo para, junto a famílias agricultoras, desenvolver atividades como formação e capacitação em manejo de aves, ovinos, caprinos e apicultura, além de implantação de projetos produtivos de avicultura, ovinocaprinocultura, apicultura e suinocultura.

Antes, porém, ainda nas primeiras reuniões de trabalho, uma atividade de nivelamento da equipe foi realizada para a

apresentação do Projeto, seus objetivos e metodologias, financiadores, parcerias, ações a serem desenvolvidas e cadastro das famílias beneficiárias.

O diálogo e a transparência marcaram a relação do Esplar com a Unidade de Gerenciamento de Projeto, órgão da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário do Ceará responsável pelo acompanhamento das atividades de ATC no âmbito governamental. Ao longo dos quatro anos de execução do Projeto Paulo Freire, o acompanhamento se deu por meio de espaços de trocas, envolvendo a coordenação da entidade executora, gerentes dos escritórios locais e corpo técnico da UGP, sempre com intuito de garantir o bom andamento do Projeto e o alcance dos objetivos com as famílias atendidas.

Os desafios marcaram a caminhada rumo ao objetivo esperado. Entre eles, o de cumprir o tempo determinado para a execução favorável das metas do Projeto frente às limitações do período eleitoral nos municípios, já no ano seguinte. As restrições legais foram obstáculos importantes, dada a tarefa de elaboração e aprovação dos projetos produtivos e dos planos de investimento e a liberação de recursos para as associações executarem as ações com as famílias agricultoras em tempo hábil. Soma-se a isso as mudanças na conjuntura econômica do País, que provocaram a subida da inflação e o aumento expressivo dos preços de insu-

mos para alimentos das aves, como soja e milho, e de todo material de construção necessário para implantação das estruturas físicas dos projetos produtivos, como telha, tijolo e cimento.

O trabalho de sensibilização e orientação das agricultoras e dos agricultores sobre a importância de migrarem de uma agricultura predatória para a utilização, em sua unidade produtiva, de práticas agrícolas sustentáveis, de base agroecológica – a chamada “transição agroecológica” –, foi outro grande desafio, que exigiu dos técnicos e técnicas preparo e perseverança.

Os resultados vieram em resposta ao trabalho realizado. Entre eles, estão: melhoria da infraestrutura para a criação dos animais adquiridos e já existentes nas propriedades; capacitação das famílias agricultoras em manejos alimentar e sanitário; melhoria da qualidade da alimentação das famílias, com possibilidade de comercialização do excedente; aprimoramento das práticas de produção animal a partir do acompanhamento técnico contínuo com apoio de veterinário especialista; diversificação da produção nas unidades familiares; profissionalização das famílias na prática da apicultura, com melhoria da renda familiar a partir da comercialização do mel; e inserção das famílias nos mercados institucionais, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e nos mercados convencionais locais e no território.

O olhar sobre uma experiência inspiradora

Maria Socorro é uma das agricultoras familiares atendidas pelo Projeto Paulo Freire com assessoria técnica contínua de base agroecológica executada pelo Esplar. Além do fomento produtivo para implantar a avicultura, a família de Dona Maria do Socorro recebeu uma cisterna de enxurrada para produção de hortaliças e fruteiras. A agricultora já cultivava um quintal produtivo com algumas fruteiras e um canteiro suspenso, onde produzia cheiro verde e cebolinha. A implantação da cisterna de enxurrada, com capacidade para armazenar 52 mil litros de água para produção, garantiu a ela não somente o incremento da produção de hortaliças como também aperfeiçoou a área de cultivo com os canteiros de alvenaria em que brotam as sementes de coentro, cebolinha, alface, pimenta de cheiro, cenoura, beterraba e da esperança de um bem viver na propriedade com toda sua família. A diversidade e a abundância brotaram no quintal de Maria do Socorro, que hoje tem urucum, acerola, goiaba, mamão, maracujá, caju e ciriguela. O excedente da produção de fruteiras e de hortaliças é comercializado na própria comunidade de Serra do Cipó, no Distrito de Monte Si3n e no munic3pio de Parambu.

A assessoria técnica contínua de base agroecológica pelo olhar do IAC

REGIÃO DE ATUAÇÃO

Sobral

06

municípios

50

comunidades

acompanhadas

2.084

famílias

acompanhadas

Com sede no município de Quixeramobim, região do Sertão Central do Ceará, o Instituto Antônio Conselheiro (IAC) é uma organização não governamental com 25 anos de atuação na luta pelos direitos dos povos do Semiárido. A instituição trabalha com agricultores e agricultoras, jovens e adultos, desenvolvendo ações de fortalecimento da agricultura familiar, organização social e produtiva das famílias. Atua em assentamentos da reforma agrária e em comunidades rurais na formação para a cidadania, agroecologia, socioeconomia solidária e organização social. Tem por objetivo melhorar as condições de vida das famílias, aumentando sua renda e garantindo a segurança alimentar e o manejo ecologicamente sustentável dos recursos naturais. Considera a participação das mulheres como pressuposto para o desenvolvimento local integrado e sustentável, com promoção da inclusão feminina e dos direitos humanos das mulheres.

UMA SÉRIE DE REUNIÕES MUNICIPAIS

com potenciais parceiros – Ematerce, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Poder Público Municipal – marcou o início da atuação do IAC, no território de Sobral II, no âmbito do Projeto Paulo Freire. A rodada de encontros serviu como espaço de explanação sobre o trabalho da entidade como executora de assessoria técnica contínua de base agroecológica (ACT) e do Projeto Paulo Freire como um todo, assim como das comunidades a serem atendidas em cada município. O resultado foi a aproximação das entidades ao Projeto, construindo um ambiente propício para a construção de parcerias importantes à realização das ações.

Durante o processo de execução de ATC, o IAC colocou em campo uma equipe multidisciplinar, com experiência em assessoria técnica agroecológica. Engenheiros agrônomos, engenheiro de pesca, assistente social, economista doméstico, contador, técnicos em agropecuária, técnico em meio ambiente, tecnólogos em agronegócio atuaram, de forma integrada, no acompanhamento e na assessoria às famílias agricultoras selecionadas. Um processo de capacitação, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, envolvendo toda a equipe do Instituto trouxe ainda mais preparo para técnicos e técnicas da entidade, socializando informações acerca do projeto, objetivos, ferramentas e metodologia a ser adotada.

Internamente, o IAC adotou como metodologia a realização de oficinas trimestrais de formação da equipe técnica. Os temas eram definidos de acordo com as demandas e necessidades observadas a cada período. O momento de partilha de saberes e experiências trouxe para os debates temas como relações de gênero e divisão do trabalho, juventudes rurais, tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, avicultura para a agricultura familiar e alimentação alternativa para suínos. As atividades eram orientadas por planos de trabalho trimestrais, cujas demandas eram trazidas pelas associações e realizadas respeitando suas especificidades e aptidões.

Ao longo da jornada de planejamento e elaboração dos planos de desenvolvimento e dos projetos produtivos, uma relação mútua de esforço coletivo entre a Unidade de Gerenciamento de Projetos e o IAC, como entidade executora da ATC, garantiu não apenas o êxito das ações mas também o enfrentamento das adversidades, em especial, dificuldades e desafios enfrentados em decorrência da pandemia de covid-19.

A execução do Projeto Paulo Freire, com sua dimensão e capilaridade, traz grandes desafios. A pandemia de covid-19, destacadamente, e as dificuldades de execução do trabalho trouxeram muito sofrimento às pessoas – equipes técnicas, gestores, parceiros e famílias beneficiárias. Do ponto de vista prático, a pandemia causou severos atrasos na execução física e financeira e

provocou aumento nos preços dos insumos em diversos setores – principalmente da construção civil. Com isso, os valores previstos nos planos de trabalho ficaram defasados. Para superar o problema, um esforço coletivo das associações comunitárias, do IAC e da UGP resultou positivamente na busca por caminhos alternativos.

Os resultados significativos alcançados não se restringem somente à atuação do IAC. Somado às outras entidades executoras de ATC de base agroecológica, o desempenho do Projeto Paulo Freire frente aos objetivos propostos tornou-o mundialmente conhecido e reconhecido como política pública eficiente na redução da pobreza e elevação do padrão de vida de agricultores e agricultoras familiares. Uma assessoria técnica diferenciada, que parte da construção coletiva do conhecimento, e não da mera transferência dele, e o investimento financeiro pensado a partir das reais demandas e potencialidades de cada comunidade no local onde vivem os agricultores e as agricultoras familiares têm um poder transformador, contribuindo com a melhoria real da qualidade de vida dessas famílias.

O olhar sobre uma experiência inspiradora

Na comunidade de Olho D'Água Velho, localizada a 12 km da sede do Município de Ipu, vive a agricultora Maria Celeste Pereira da Silva. A Tiana, como é conhecida na comunidade, cultiva, hoje, em seu quintal, a semente da agroecologia, com os cuidados

dedicados ao solo, à água, às plantas, aos animais e às pessoas. No ano de 2019, Tiana e sua família conquistaram o direito de implantar na propriedade um sistema de reúso de águas cinzas. A tecnologia social coleta as águas provenientes do banho, da lavagem de roupa e da louça e as direciona a um filtro, de onde sai pronta para ser utilizada na irrigação. Para Tiana, o sistema veio potencializar a produção de alimentos no seu quintal produtivo. O esgoto, antes despejado nos arredores da casa, causando danos ao ambiente e à saúde da família, passou a ser coletado e tratado. Já a água é utilizada de modo apropriado para a produção de frutas e legumes, contribuindo com a segurança alimentar e nutricional. Além do consumo familiar de alimentos saudáveis, o excedente da produção é vendido na comunidade e em feiras, contribuindo para o aumento da renda e das condições de vida da Tiana e de sua família.

A assessoria técnica contínua de base agroecológica pelo olhar do Cealtru

REGIÃO DE ATUAÇÃO

Sobral

06

municípios

51

comunidades

acompanhadas

2.324

famílias

acompanhadas

Fundado em 1987, o Centro de Estudos e Assistência às Lutas do(a) Trabalhador(a) Rural (Cealtru) reafirma seu compromisso, tendo o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) como principal parceiro, rumo à consolidação do desenvolvimento rural sustentável e solidário. Tem por missão prestar assessoria nas lutas e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e agricultores familiares para o crescimento e fortalecimento da categoria, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e solidário. As principais áreas de atuação são: convivência com o Semiárido, agroecologia, geração de renda e agregação de valor, segurança alimentar e nutricional, produção de sementes, sistemas agroflorestais, comercialização e mecanismos de garantia, microcrédito e crédito agrícola, arranjos produtivos locais, habitação, educação contextualizada, gênero, geração, raça e etnia, acesso à terra, reforma agrária e assistência técnica, contábil e jurídica.

O CEALTRU TEM FORTE ATUAÇÃO nos territórios de abrangência das ações de assessoria técnica contínua de base agroecológica (ATC) do Projeto Paulo Freire. Nos municípios de Hidrolândia e Ipuéiras (Sertão de Crateús e Inhamuns), Ipu e Pires (Serra da Ibiapaba), Reriutaba e Varjota (Sertão de Sobral), foram desenvolvidos projetos voltados à implantação de cisternas de consumo humano e de produção e à construção de sistemas de reúso de águas cinzas.

A partir da contratação do Cealtru, por parte do Projeto Paulo Freire, como entidade executora de ATC, estruturas física e de logística foram montadas. Uma equipe formada por técnicos e técnicas foi contratada e capacitada para a prestação dos serviços e acompanhamento das famílias beneficiárias nos municípios de atuação.

Uma matriz de planejamento e gestão anual orientou o estabelecimento da meta de atendimento, construída a partir dos eixos estratégicos refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem atingidos, em conformidade com o termo de contratação da entidade. A partir de então, foram construídos planos trimestrais direcionavam o trabalho a cada período.

Os eixos estratégicos foram delineados considerando as dimensões do desenvolvimento e das “macroquestões” apresentadas em nível territorial – um processo realizado a partir da observação estratégica, cujo intuito era pautado nas necessidades das fa-

mílias sujeitas a saírem da linha da extrema pobreza (principal objetivo do Projeto Paulo Freire), tendo o desenvolvimento humano como principal ativo. Sendo assim, os eixos estratégicos definidos foram: assessoria técnica contínua na execução dos planos de investimentos, cadernetas agroecológicas, comercialização e monitoramento e avaliação das ações do Projeto.

No decorrer de todo o contrato, o relacionamento com a Unidade de Gerenciamento do Projeto teve como princípio o respeito, mesmo em momentos de divergências, superados pelo consenso, em que o apoio mútuo contribuiu para o desenvolvimento do trabalho. A morosidade provocada pela burocracia que envolve a gestão pública dificultou alguns processos e tomadas de decisão por parte da própria UGP.

Outros desafios enfrentados ao longo da caminhada foram: acompanhamento de famílias que nunca tiveram assessoria técnica anterior à do Projeto Paulo Freire; dificuldade de acesso em função das distâncias entre as comunidades e os centros urbanos; falta de visão e de confiança das comunidades em relação ao papel das associações; falta de hábito das comunidades de se reunirem para o diálogo coletivo; situação financeira e pendências jurídicas das associações já existentes; falta de representantes das associações; total ausência de assessoria técnica e de tecnologias nas atividades produtivas das famílias beneficiárias; falta de apoio do poder público

municipal na relação de parceria com o Projeto Paulo Freire; e dificuldade de acesso às políticas públicas.

Os avanços surgiram em resposta à superação dos desafios. Entre eles, estão: um conjunto de beneficiários assessorados tecnicamente colocando em prática as técnicas transmitidas pela equipe; fortalecimento e a criação de associações; acesso dos beneficiários a políticas públicas de crédito; participação das pessoas das comunidades atendidas nas associações; juventudes fortalecidas, formando grupos e buscando mecanismos para melhorarem a vida na própria unidade familiar, como o acesso ao curso técnico das escolas de ensino do campo; e o empoderamento das mulheres a partir do uso das cadernetas agroecológicas como fonte de gestão e valorização do trabalho junto aos projetos produtivos familiares.

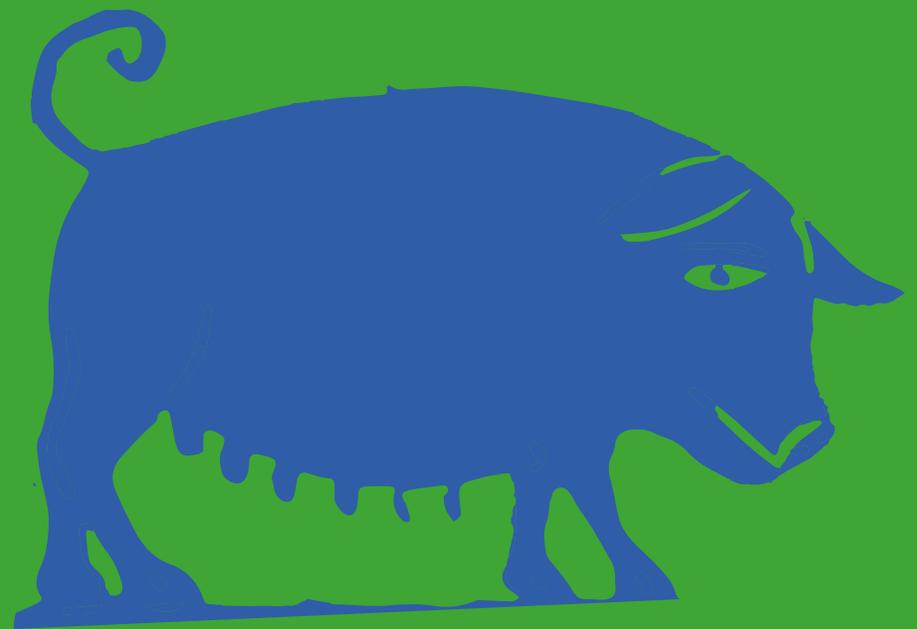
O olhar sobre uma experiência inspiradora

Na comunidade da Tartaruga, localizada no distrito de Irajá, município de Hidrolândia, vivem a Dona Maria Liana Martins e seu esposo, Francisco Gomes Passos – uma das famílias beneficiárias do Projeto Paulo Freire na região. Por meio da associação da qual participa, ela recebeu, em sua propriedade, um aviário devidamente construído, matriizes e insumos, além da implantação de tecnologia social de reúso de águas cinzas, integrado ao quintal produtivo, que permitiu à família potencializar a produção. Com o acompanhamento da assessoria técnica de

base agroecológica prestado pelo Cealtru e muita dedicação e participação nos processos de formação, a beneficiária descobriu sua aptidão para a avicultura. O resultado inicial com a venda dos ovos possibilitou a Dona Maria sonhar com novos investimentos, com recursos próprios da família, para ampliação da produção. Com o tempo, um aviário ainda maior precisou ser construído, e novos equipamentos e insumos foram adquiridos, tornando a avicultura a atividade principal geradora de maior renda na unidade familiar. A família abriu mercado vendendo de porta em porta e no comércio local de Irajá. Com o incremento das vendas e, conseqüentemente, da produção, puderam acessar políticas públicas, como o crédito Pronaf, e ampliar a comercialização para o mercado institucional – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

CAPÍTULO 4

Presente e futuro do Semiárido a partir da diversidade de olhares sobre o Projeto Paulo Freire



“OLHAR O PASSADO DEVE SER APENAS UM MEIO PARA ENTENDER MAIS CLARAMENTE O QUÊ E QUEM SOMOS NÓS, PARA CONSTRUIR O FUTURO DE FORMA MAIS INTELIGENTE.”

PAULO FREIRE

O olhar da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará

“O Governo do Estado do Ceará cumpriu a sua missão por meio do Projeto Paulo Freire. Nós conseguimos aumentar a renda e os ativos das famílias atendidas. Nós ampliamos o capital humano e social nas comunidades. Garantimos segurança alimentar e nutricional, reduzimos a pobreza rural, atuamos sobre a desigualdade de gênero e empoderamento feminino. Melhoramos a adaptação às mudanças climáticas, melhoramos a gestão dos recursos naturais e ambientais. Garantimos a produtividade agropecuária, demos maior acesso a mercados, ampliamos o acesso à água e desenvolvemos a agricultura do estado com inovação.”

Ana Teresa Barbosa de Carvalho
Secretária do Desenvolvimento Agrário do Ceará

“Quando nós falamos do Projeto Paulo Freire, nós falamos de uma decisão política, de uma decisão de governo. Essa decisão possibilitou que, em nosso trabalho com o conjunto das famílias, de homens e mulheres, sobretudo das nossas juventudes, das nossas mulheres, nós tivéssemos a capacidade de execução de uma política extraordinária, que fortaleceu a visão de que o protagonismo das nossas juventudes, das nossas comunidades, tivesse uma dimensão econômica. Paulo Freire agrega uma visão transformadora, utiliza a inovação, a ciência e a tecnologia a serviço da humanidade. Essa é uma grande conquista de todo o nosso povo, em especial dos homens e das mulheres do Nordeste, do Semiárido brasileiro.”

Francisco de Assis Diniz
Ex-Secretário do Desenvolvimento Agrário do Ceará

O olhar da Coordenação do Projeto Paulo Freire

“A grande resposta que, hoje, chega para a população que vive nos territórios atendidos pelo Projeto Paulo Freire, antes inviável, é o diálogo com as políticas públicas e o fortalecimento do entendimento com essas comunidades. Estamos falando de uma experiência exitosa, tanto na elaboração e aplicação dos recursos como na execução de políticas de combate à pobreza rural.”

Maria Íris Tavares Farias
Coordenadora do Projeto Paulo Freire

O olhar da Unidade de Gerenciamento de Projetos

“Ao longo da trajetória do Projeto Paulo Freire, houve momentos muito desafiadores, como o da pandemia. Se a gente não socializasse as nossas dores, ficaria ainda mais difícil de caminhar e de entender a dor do outro. Nesse contexto, a lealdade e a transparência dos técnicos e técnicas, somados ao apoio da UGP, construíram uma relação de credibilidade com os beneficiários.”

Francisca Rocicleide Ferreira da Silva
Coordenadora Técnica do Projeto Paulo Freire

“O que se pode cobrar de quem já não tem nada? O PPF existe, mas a alma está em quem coordena. É fundamental ter sensibilidade para compreender as diferentes realidades. Nesse sentido, o Projeto foi além do que estava escrito no papel.”

Carmelita Laura Alves de Moraes
Técnica de campo do Projeto Paulo Freire

O olhar do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida)

“O Projeto Paulo Freire é uma iniciativa de alta eficiência. O investimento foi grande, assim como o número de famílias atendidas. Sem desperdícios, os recursos foram muito bem aplicados e criaram uma percepção de que, independentemente do tamanho do investimento, grandes transformações são possíveis na agricultura familiar.”

Claus Reiner

Diretor País do Fida para o Brasil

“O Projeto Paulo Freire atende um público muito pobre ou extremamente pobre, que muitas vezes não tem acesso a direitos básicos, como serviços financeiros, por exemplo. Houve situações em que os técnicos precisavam acompanhar os agricultores em sua ida aos bancos, pois muitos deles não podiam sequer entrar nas agências, por não serem pessoas bem-vindas naqueles espaços.”

Hardi Vieira

Oficial de programas do Fida para o Brasil

O olhar da Academia

“As ações do Projeto Paulo Freire demonstraram, na prática, a importância das políticas públicas aplicadas ao cotidiano das pessoas, sobretudo, entre as juventudes enquanto sujeitos participativos das transformações sociais. Nesse sentido, o espaço em sala de aula se mostrou como um ambiente propício para alunos e alunas colocarem suas posições e suas críticas com muito mais motivação e liberdade.”

Nicolau Bussons

Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú

“A parceria do Projeto Paulo Freire com a Escola de Saúde Pública, voltada à promoção da saúde, à prevenção de doenças e ao empoderamento da população quanto aos cuidados com a saúde, foi muito positiva, pois demonstrou a importância da articulação das ações entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário com o setor da saúde. Esse, certamente, foi um passo inovador, trazendo a temática da saúde de forma mais potente para os territórios, buscando os melhores resultados entre o público beneficiário.”

Luiza Almeida Melo

Professora da Escola de Saúde Pública

“A iniciativa do Projeto Paulo Freire possibilitou tecermos redes e fortalecermos uma identidade na pesquisa da saúde no campo. Essa ação nos ajudou a pensar no futuro que se aproxima no próximo ciclo, sobre o que nós, que ensinamos e que estamos à frente da gestão pública, podemos fazer localmente. A parceria com o Projeto reafirma o compromisso da universidade com a causa pública e com a necessidade de estarmos vinculados e coletivamente pautados por esse pensamento.”

Maria Rocineide Ferreira da Silva

Professora da Universidade Estadual do Ceará

O olhar dos sujeitos: homens e mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais que vivem nos territórios rurais

“Nunca tinha plantado palma forrageira. Como vocês estão vendo, é um excelente suporte forrageiro para alimentação dos nossos rebanhos no verão (período de estiagem). Já estamos utilizando para os nossos ovinos. Estou muito feliz, recebi duas matrizes ovinas e, hoje, já tenho quatro. Estou muito agradecida e satisfeita com o Projeto.”

Maria Marlene

Comunidade Pitombeira, Tauá

“A gente tem medo do novo, né? Mas quando começaram a mostrar para a gente a caderneta [agroecológica], a importância dela e de praticá-la, vimos que não era tão difícil. Era algo que a gente já registrava em casa, no caderno, fazendo algo daquele processo. Sim, tinha coisa que a gente não fazia que era muito importante. Foram muitos aprendizados que vou usar e partilhar na minha comunidade.”

Dona Maria

Comunidade de Feitoria, Coreaú

“O Projeto Paulo Freire trouxe, para nós, união e a chance do trabalho coletivo, não só no artesanato, porque tanto na mandiocultura como na apicultura, o trabalho é coletivo. Mas o artesanato de corte e costura é diferente, porque é do grupo de mulheres.”

Maria Elivânia da Silva

Comunidade de Serra do Catolé, Nova Olinda

“Antes da assessoria técnica chegar aqui, nós só tínhamos sonhos, agora tudo se tornou realidade. Foi a assessoria técnica do Cetra que capacitou o nosso grupo, por meio do Projeto Paulo Freire, em beneficiamento de alimentos.”

Rosilene Alves e Maria de Oliveira

Grupo de mulheres da Associação dos Moradores Quilombolas de Coité, Ipueiras

“Eu já criava uns enxames (abelhas). Mas, com o projeto, nós podemos aumentar. E quando o Projeto chegou, tivemos que nos organizar mais para trabalhar em grupo, entender mais sobre as floradas... e o material facilitou o nosso trabalho. Estou muito feliz, muito agradecido e satisfeito com o Projeto.”

Elmano Gonçalves Feitosa

Comunidade de Charcão, Assaré

“Eu tiro meu pão, meu alimento, tudo por meio do trabalho aqui no Projeto Paulo Freire. Sou muito grato a Deus por essa oportunidade de trabalhar no campo, em casa. Assim, posso cuidar melhor dos meus filhos e dar mais atenção a eles.”

Jânio Alves Moreira

Comunidade de Cigano, Quiterianópolis

Referências bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

NEDER, Raquel do Nascimento. A teoria do desenvolvimento de Amartya Sen: uma discussão teórico-empírica do papel das liberdades humanas. *JORNADA Internacional de Políticas Públicas*, 9. São Luís, 20 a 23 de agosto de 2019.

RELATÓRIO de Execução Assessoria Técnica Contínua. Projeto Paulo Freire: Cáritas Diocesana de Crateus – Região: Território do Inhamuns. Crateús (CE), 30 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO de Execução Assessoria Técnica Contínua. Projeto Paulo Freire: Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CACTUS) – Região Cariri Oeste. Campos Sales (CE), janeiro de 2022.

RELATÓRIO de Execução Assessoria Técnica Contínua. Projeto Paulo Freire: Centro de Estudo e Assistência às Lutas do/a Trabalhador/a Rural (CEALTRU) - Região: Território de Sobral II. Ipu (CE), dezembro de 2021.

RELATÓRIO de Execução Assessoria Técnica Contínua. Projeto Paulo Freire: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) - Região: Território de Sobral. [S.l.], dezembro de 2021.

RELATÓRIO de Execução Assessoria Técnica Contínua. Projeto Paulo Freire: Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR) - Região: Território de Inhamuns. Tauá (CE), 30 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO de Execução Assessoria Técnica Contínua. Projeto Paulo Freire: Instituto Antônio Conselheiro de Apoio, Assessoria e Pesquisa para o Desenvolvimento Humano (IAC) - Região: Território de Sobral II. Quixeramobim (CE), dezembro de 2021.

RELATÓRIO de Execução Assessoria Técnica Contínua. Projeto Paulo Freire: Instituto Flor do Piqui - Região: Caririr Oeste. Crato, 30 de dezembro de 2021.

SANTOS, Gesmar Rosa dos; SILVA, Rodrigo Peixoto da (Orgs.). *Agricultura e diversidade: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA). *Sistema de Ater – Projeto Paulo Freire*. Portal da Agricultura Familiar, 2022.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. *Gênero, raça e etnia no Projeto Paulo Freire: fundamentos e práticas*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Projeto Paulo Freire, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). *Relatório da avaliação de impactos do Programa de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades no estado do Ceará*. Viçosa: UFV, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). *Relatório técnico do grupo focal com assessoria técnica*. Viçosa: UFV, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). *Relatório técnico do grupo focal com mulheres*. Viçosa: UFV, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). *Relatório técnico do grupo focal com povos e comunidades tradicionais*. Viçosa: UFV, 2021.

Tiragem: 1.000 exemplares
Impresso na Expressão Gráfica em papel pólen 80g
Tipografia: KG Life is Messy, Gibson e Bitter



U. BORGES

